Ano XIV - Nº 61
Jan - Fev - Mar
2013

Revista do CREA-ES

TÓPICOS

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

DESCENTRALIZAÇÃO

Crea-ES inicia uma nova fase

Balanço do primeiro ano de gestão e as novas ações para a interiorização do atendimento.

surrealgroup

MARIA, campeã estadual em ficar irritada aguardando autorização pelo telefone.

Por que se contentar com qualquer um se você pode **ter Unimed?**

Planos
a partir de
R$ 53,40*

Exclusividade Benevix
Plano coletivo por adesão para profissionais registrados no CREA-ES.

*Data base reajuste: janeiro/2014. *Verifique a tabela de sua entidade de classe.*
Produto Fácil Participativo, faixa etária de 0 a 18 anos em quarto coletivo.

Corretora Credenciada
Life Vitória - Brasil Insurance
2122-9591/2122-9555
contato@lifevitoria.com.br

www.benevix.com.br

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Presidente
Eng. Agrônomo Helder Carnielli
1º Vice-Presidente
Eng. Civil José Antônio do Amaral Filho
2º Vice-Presidente
Eng. Agrônomo Álvaro João Bridi
Diretor Administrativo
Eng. Florestal Marcos Vinícius Winckler Caldeira
Diretor Financeiro
Eng. Florestal Eugênio José Agrizzi
Vice-Diretor Administrativo
Eng. Mecânico Erthelvio Monteiro Nunes Júnior
Vice-Diretor Financeiro
Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles

Câmaras

Câmara Especializada de Engenharia Civil e Segurança do Trabalho
Coordenador: Eng. Civil Marcos Motta Ferreira
Câmara Especializada de Engenharia Agronômica
Coordenador: Eng. Agrônomo Douglas Muniz Lyra
Câmara Especializada de Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas
Coordenador: Eng. Mecânico José Carlos de Assis
Câmara Especializada de Engenharia Elétrica
Coordenador: Eng. Eletricista Ivan Pierozzi

Atendimento do Crea-ES
Vitória (27) 3134-0000
Cachoeiro de Itapemirim (28) 3522-2373
Colatina (27) 3721-0657
Guarapari: (27) 3362-0401
Linhares (27) 3264-1781
São Mateus (27) 3763-5929
Vila Velha: (27) 3239-3119

TÓPICOS

Conselho Editorial
Eng. Agrônomo Aureliano Nogueira da Costa, Eng. Civil José Antônio do Amaral Filho, Eng. Mecânico José Carlos de Assis
Gerente de Comunicação
Jornalista Agnelo Neto
Consultoria de Comunicação
Jornalista Alcione Vazzoler
Reportagem
Agnelo Neto, Aleandro Coelho, Caroline Csaszar, Cristina Moura, Márcio Scheppa, Mariana Guedes, Priscila Norbim e Thiago Lourenço
Equipe de Comunicação do Crea-ES
Aleandro Coelho, Mayelle Silva, Melissa Menegaz Lozzer, Thiago Alves
Fotos
Gustavo Louzada e Equipe do Crea-ES.
Projeto Gráfico
Tom Dias
Edição e Editoração Eletrônica
Iá! Comunicação
Impressão
Posigraf

Revista do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira
Vitória-ES, CEP 29050-662
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-1812
creaes@creaes.org.br - www.creaes.org.br

Nesta Edição

Carnielli:
Começamos uma nova fase do Crea-ES 04

Entrevista: Wolmar Loss, Superintendente do Crea-ES 07
Gestão é aprovada pela maioria dos registrados 09
Pé no chão e olho no futuro: Crea prepara novas ações 10
Fiscalização: mais de 36 mil ações em 2012 10
Procuradoria Geral: nova unidade de trabalho 11
TI: reciclagem e novos equipamentos em evidência 11
Meta é concurso público e plano de cargos e carreiras 12
Mudanças determinam queda na receita 12
Bom desempenho marcou primeiro ano da gestão 13
Atendimento Presencial: agilidade e satisfação 13
Outros indicadores confirmam eficiência 14
Cursos e eventos: quase mil profissionais capacitados em 2012 15
Ouvidoria: meta é realizar mais atendimentos 16
Financeiro: superavit mesmo com queda de receita 16
GTs debatem temas da área tecnológica capixaba 17
BR 262: avanço ou atraso para o Espírito Santo 18
Artigo: O novo Código Florestal Brasileiro 20
Crea-ES dá posse a novos diretores e conselheiros 22
Maior evento de engenharia do ES já está marcado 26
ES tem consumo descontrolado de agrotóxicos 27
Sobram recursos públicos, faltam projetos 28
ES recebe debate nacional na área de Bioengenharia 29
Nova composição da CEEMMQGM 29
Capixaba representa o Brasil no Mercosul 30
Novos carros para ampliar ações de fiscalização 31
Estudantes da área tecnológica se unem e reativam CreaJr-ES 32
IBAPE – Corretores podem elaborar avaliações imobiliárias? 33
SEE – Cooperativa para atender obras de prefeituras 34
SEEA – José Adilson faz balanço de seu mandato frente à SEEA 35
SENGE-ES – Reforma política já 36
SINTEC – Capacitação gratuita para técnicos industriais 37
SINTAES – Técnicos agrícolas ganham força política no ES 38

Carnielli:
Começamos uma nova fase do Crea-ES

Por onde vai, o presidente do Conselho, o Eng. Agrônomo Helder Carnielli, tem falado, com notável entusiasmo, sobre os avanços do Crea-ES em seu primeiro ano de gestão. Porém, nas últimas reuniões, ele tem ressaltado com mais ênfase o projeto de descentralização. A modernização, reabertura e agilização das inspetorias, que passam a ser sete em várias regiões do Estado, será completada com a criação de 15 inspetorias adjuntas.

"O ano de 2013 começa efetivamente uma nova fase do Conselho. 2012 foi um ano de muito trabalho, avanço e realizações. Foi de readequação e criação de novas representações para a instituição em diversas áreas do Estado, e de grandes projetos que visam impactos positivos na sociedade capixaba", diz Helder Carnielli. O projeto, previsto no Plano Estratégico 2012-2017, deve ter início e ser concluído ainda no primeiro semestre deste ano.

Em entrevista, o presidente fala dos novos projetos.

Quais os principais avanços de sua gestão até agora já concretizados, e quais os próximos passos a serem dados?

O nosso primeiro avanço foi o reordenamento do Conselho, nós assumimos o Crea-ES com grandes desafios, como por exemplo a saída dos arquitetos, uma perda considerável dentro do Sistema com as leis do Registro Profissional (RP). Foram diminuídos os valores econômicos cobrados nos registros, eles variavam de R$ 33 a R$ 833, e recuaram para R$ 40 a R$ 150. Com isso perdemos uma quantidade significativa nos valores dos registros.

Assumimos o Conselho com menos unidades, com quebra de contratos irregulares, como o que tínhamos com a Unimed, com locação de veículos, serviços de limpezas e manutenção, com fornecedores diversos, que já vinham acontecendo muito tempo dentro do Conselho, tudo feito de forma ilegal e em desacordo com a Lei 8666, que é a lei da licitação. O primeiro ano foi de readequação do Sistema, composição do organograma funcional, criação de uma nova gerência para que posteriormente fosse possível fazer a máquina rodar, ou seja, ajeitamos todos os segmentos e direcionamentos do Sistema.

Como pontos principais no primeiro ano, eu cito a participação muito intensa do Crea-ES na 69ª Semana de Engenharia, em Brasília, dando total apoio aos estudantes da área; recuperação do sistema e readequação do CreaJr-ES como uma organização que antecipa definitivamente a participação do futuro profissional do Conselho. Eles são os jovens que futuramente estarão exercendo as profissões e ocupando os cargos de gestão do conselho. É necessário investir nesses jovens, pois, preparando uma base para assumir um cargo de futuro, é possível obter muito mais sucesso.

O sr. temia uma queda na arrecadação do Conselho, devido à saída dos arquitetos que formaram o CAU, de mudanças na ART, e de fatores econômicos que pudessem interferir nesse processo. Depois de um ano de gestão, o sr. mantém essa avaliação?

Ela permanece, o ano passado foi um ano atípico, além de termos feito todas essas modificações que julgamos necessárias, criamos uma situação de aproximação do Conselho ao interior do estado. Esse pequeno decréscimo de receita real, que equivale a 1,68% nominal, funciona na intensificação do plano de fiscalização, que está dentro do nosso planejamento estratégico. Criamos um plano de estabilização, e solicitamos todos os contratos superfaturados, fazendo a remissão dos que estavam de forma irregular e readequamo-los, entretanto, esta queda de receita foi compensada com ações de gestão interna do Conselho. Esses foram os fatores principais: intensificação da fiscalização, remissão de contratos e compra de carros para fiscalização, de forma a evitar custeios externos. A princípio temos a intenção de chegar ao final da minha gestão com todos os carros próprios do conselho, além disso, criar uma rede de aproximação dos profissionais do interior via inspetorias e inspetorias adjuntas.

Foi lançado no ano passado o Plano Estratégico, que na verdade é um Manual de Trabalho do Conselho, e que vem gerando uma infinidade de demandas de novos trabalhos. Que outros avanços o sr. cita neste primeiro ano?

Atualmente estamos mudando

nossa Agência de Atendimento, um investimento na ordem de R$ 650 mil que trará melhorias de trabalho e atendimento para a Entidade. Além disso, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) também é um avanço alcançado iniciado no ano passado. Ele é classificado dentro das ações internas do nosso Conselho como uma das principais prioridades. O nosso PCCS é antigo e precisa de uma reformulação. Ele apresenta apenas três funções: o Consultor, o Fiscal e o Técnico de Serviços Operacionais. As grandes variedades de funções já implementadas pela sociedade, como na área de informática, telefonia e atendimento, por exemplo, não estão contempladas no novo Plano. Precisamos readequar essas funções dentro do Conselho visando criar uma rede melhor distribuída dentro da organização. Podemos dizer que isso é um desafio importante para dar sustentabilidade econômica ao Crea-ES.

No início de sua gestão, o sr .comentou muito sobre o que seria feito no fortalecimento das entidades de classe. No início deste segundo ano de gestão, já é possível apontar alguma melhoria na relação das entidades que compõem o Crea-ES?

Acho que nunca o Crea-ES contou com tanta participação das entidades. Para que os Creas de todo o Brasil façam o mesmo, falta uma resolução do Confea e mudanças na Lei 5.194. Na nossa contrapartida, falta repasse financeiro, que está parado em nossa legislação. Temos que tirar do nosso 8º Congresso Nacional de Profissionais, o CNP, uma propositura de mudança da Lei 5.194. Aliás, o CNP vai justamente buscar essas contribuições visando a modificação desta lei. Nós criamos uma cúpula especial aprovada no Plenário e na Diretoria, e assumimos os cursos e eventos oferecidos pela Entidade. Nós poderíamos fazer muito melhor, repassando isso para as demais entidades. Temos recursos para isso, só que estamos impedidos de repassar esses recursos na forma da lei. Mas, nós apoiamos muito os profissionais e todas as entidades envolvidas nesses cursos.

Quais os avanços em parcerias com entidades e instituições externas?

Fizemos alguns convênios, esses que já estão aprovados, porém está faltando à autorização do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público Estadual (MPE) para que possam ser executados. No dia 21 de março tivemos um encontro que reuniu cerca de 30 prefeitos no Centro de Convenções de Vitória, com a deputada federal Rose de Freitas, trabalhando nesses aspectos. Nessas ocasiões temos dado mais visibilidade ao Conselho, de forma altamente positiva, mostrando o quanto ele pode ser útil não somente para os nossos profissionais, mas para toda a sociedade.

Inspirado também no Plano Estratégico foi dado início ao projeto de Descentralização do Conselho. O plano é bem extenso, começou com a ativação e reativação de algumas inspetorias, e agora articula a criação das adjuntas – qual é a sua pretensão?

O formato das inspetorias anteriores era simples, tínhamos apenas um ponto de atendimento com um funcionário e um estagiário. O atendimento era feito de 13h às 17h. Mas agora estamos mudando isto, funcionando de 9h às 18h. A intenção é fazer que a Inspetoria funcione emitindo Registro Profissional (RP), resoluções de acervos técnicos e seja uma referência na base daquela região. Quando assumi a gestão no ano passado tínhamos apenas três inspetorias, agora estamos reestruturando-as. Estamos em uma nova fase, criando 15 inspetorias adjuntas que farão aproximação do Conselho nas regiões polo regional, além de melhorar a fiscalização.

O município terá uma base onde atuará o inspetor adjunto, para levantar as demandas regionais, aquelas que forem atendendo as expectativas e os desafios, poderão posteriormente virar inspetorias. Estamos trabalhando no fortalecimento regional. Essas inspetorias poderão ter demandas profissionais de cursos e eventos. Estamos preparando o Crea-ES para chegar às cidades onde há profissionais que precisam resolver suas demandas junto ao Conselho. Assim, pretendemos evitar que eles se desloquem em grandes distâncias para resolver seus interesses profissionais. O inspetor vai ser o mediador das necessidades regionais. >>

O sr. desenvolveu o projeto do Receituário Agronômico Digital. Qual a receptividade quando fala neste assunto? Como é esta proposta? Qual foi a inspiração, e quais os próximos passos?

Esse projeto nós temos desenvolvido junto com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf). Eu o defino como um projeto que será de grande impacto social. Nós vamos fornecer um banco de dados, e quando o profissional emitir uma ART, ele vai ter em tempo real a localização do imóvel, o princípio ativo, dosagem, área, cultura e tipo de praga a ser combatida. Será uma ferramenta que vai servir de referência nacional, com uma base de dados, com modelo prático e tecnológico, que efetuará no momento da compra, o registro do agrotóxico no cadastro do produtor.

Estamos preocupados com nossos profissionais registrados, mas também queremos servir à população. No caso específico dos agrotóxicos, temos todo o interesse em conduzir com o máximo de responsabilidade esta questão, pois se trata da saúde não só da comunidade em torno do Crea-ES, mas de toda a população. Vai ser de responsabilidade do Idaf fazer a fiscalização pra saber se o profissional está fazendo a pulverização correta, e com isso criar um selo de segurança alimentar. Estamos tentando sensibilizar o governo para a importância do projeto. Também queremos criar um laboratório de análise de resíduos e de composição química para viabilizar este processo. T

ALGUNS AVANÇOS DA NOVA GESTÃO:

- Discussão para elaboração de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários;
- Busca de parcerias para efetivação do projeto de Engenharia e Agronomia Públicas;
- Ampliação da participação do Crea-ES com seus conselheiros em eventos nacionais do Sistema;
- Reestruturação, reativação e criação de novas inspetorias, que passaram de 3 para 7;
- Criação de 15 inspetorias adjuntas dentro do Projeto de Descentralização;
- Projeto de Descentralização do Crea, em finalização;
- Proposição e trabalho de sensibilização do Governo do Estado para com o projeto de Receituário Agronômico Digital;
- Certificação/Selo para obras, compartilhado com outros órgãos de fiscalização, para evitar que ocorra no ES tragédias como a da Boite Kiss, em Santa Maria-RS;
- Criação dos GTs (Grupos de Trabalho) e sua atuação em favor dos profissionais e da sociedade capixaba;
- Novas e modernas instalações das Unidades de Atendimento e Fiscalização, próximas à sede do Conselho;
- Busca das metas estabelecidas no Plano Estratégico 2012-2017;
- Reativação do CreaJr-ES, com extensa pauta de trabalho para cumprir;
- Criação e pleno funcionamento da Ouvidoria Geral do Crea-ES;
- Criação da Procuradoria Geral;
- Incentivo e apoio à criação de uma Cooperativa de profissionais;
- Apoio e luta pelo cumprimento da Lei 2950-A, o SMP, principalmente junto aos profissionais dos quadros efetivos nas prefeituras municipais;
- Apoio ao CreaJr-ES na organização para realização da 10ª Semana de Engenharia do ES;
- Convênio Tribunal de Contas do Estado, assinado e em vigor;
- Convênio Tribunal de Justiça, em fase de ajustes, aguardando manifestação por parte do TJ;
- Convênio Corpo de Bombeiros em fase final de ajustes da proposta do CB;
- Convênio Assembleia Legislativa, em fase inicial, a partir de indicação recente do GT de Infraestrutura do Crea-ES e Comissão de Infraestrutura do Legislativo estadual;
- Ampliação da realização de cursos, seminários e palestras na capital e interior;
- Ampliação da interlocução com governos e prefeituras;
- Organização do 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP);
- Atendimento em tempo integral nas inspetorias;
- Sessão solene na Ales pelos 52 anos do Crea-ES e 62 anos da SEE, quando dezenas de profissionais engenheiros receberam a Comenda Wilmar Barroso;
- Inauguração do novo portal do Crea-ES na Internet;
- Reformulação das linhas editorial e gráfica da Revista Tópicos;
- Atualização cadastral;
- Realização do projeto "Crea-ES Cidadão Eleições 2012", com a realização de debates e sabatinas durante a campanha eleitoral;
- O presidente Helder Carnielli representou o Brasil no 5º Congresso Mundial de Agronomia em Quebec, de 17 a 21 de setembro de 2012, no Canadá;
- Criação de uma comissão especialmente para discutir o projeto da nova sede própria do Conselho;
- Carnielli conquista, com 61,1% dos votos, o Prêmio Líder Empresarial de 2012, como realização da Rede Vitória de Comunicação (Rede Record).

A palavra de ordem: descentralização

Wolmar Roque Loss
Eng. Agrônomo e Superintendente do Crea-ES

Para o superintendente do Crea-ES, Eng. Agrônomo Wolmar Roque Loss o Projeto de Descentralização vai mudar definitivamente o perfil do Crea-ES "para melhor". Ele explica que o projeto valoriza e incorpora a figura dos inspetores adjuntos, dando-lhes substância e ações, com atividades objetivas nas relações com os profissionais. Ele lembra que o Plano Estratégico concebido pelo Crea-ES ao longo de 2012, inclui o compromisso de valorizar o profissional e trabalhar com as empresas e instituições, promovendo também a inserção social.

Exibindo mapas para demonstrar a nova estratégia de ação do Conselho, Wolmar ressalta que a estrutura sofrerá profundas mudanças. De fato, passará a contar com nada menos que 15 Inspetorias Adjuntas, acompanhadas de perto por cinco agentes de relacionamento institucional. Além disso, estão sendo reestruturadas e repaginadas as sete inspetorias existentes. Dessas, somente três funcionavam regularmente até o começo da nova gestão, em Cachoeiro, Colatina e Linhares.

Como será a autonomia dessas novas unidades e o atendimento nas inspetorias adjuntas? O Crea-ES vai disponibilizar uma estrutura física ou de profissionais/funcionários?

A nova gestão está promovendo uma reformulação na política de relacionamento e atendimento com as inspetorias. E elas, por sua vez, terão esta extensão, nas figuras dos inspetores adjuntos. Só que o inspetor adjunto terá vínculo direto com o Crea-ES, sem remuneração, como trabalho honorífico. Ele poderá contar com estrutura cedida por órgão público como a Prefeitura ou mesmo alguma empresa local, sendo às vezes a do próprio Adjunto. Dentre suas atribuições, está a de se relacionar com os demais colegas, orientá-los e encaminhar suas demandas. Diferentemente das inspetorias, os adjuntos não contarão com estrutura às expensas do Crea-ES, salvo a concessão de um telefone celular com despesa limitada e pagamento de despesas eventuais para deslocamentos em serviço.

Que tipo de serviço poderão prestar aos profissionais ligados ao sistema?

Vamos nos ater ao exposto no Artigo 120 do Regimento Interno, onde estabelece as competências do inspetor adjunto. Dentre elas, tarefas como a de orientar os profissionais e empresas no tocante à regulamentação e ao cumprimento da legislação profissional. Também, repassar ao Conselho, informações de demandas e necessidades existentes, formalizar denúncias sobre atuações irregulares; representar politicamente e institucionalmente o Crea junto aos poderes constituídos, aos movimentos sociais, aos profissionais e a sociedade. Além disso, compete-lhe ainda acompanhar a atuação dos profissionais na região, repassando ao Conselho as demandas dos profissionais e da comunidade, podendo, inclusive, fazer denúncias sobre a atuação irregular desses profissionais. E, finalmente, participar periodicamente de reuniões em sua inspetoria, para discutir os problemas das cidades localizadas na respectiva jurisdição.

Como funcionará e qual será o vínculo dos adjuntos para com as inspetorias regionais e a sede do Crea em Vitória? E quanto aos horários de funcionamento?

O vínculo será direto com a direção do Crea-ES, não havendo, tampouco, subordinação funcional para com as inspetorias e a sede da organização. Ele, o adjunto, estabelecerá horários com os colegas de sua cidade, dentro

ou fora do expediente normal, de acordo com suas possibilidades e realidade local.

Como e que tipo de controle do Crea-ES será feito sobre as inspetorias adjuntas?

Não há controle funcional, porque o inspetor adjunto é um cargo honorífico, portanto sem remuneração. Os escolhidos, entretanto, passarão por treinamento para que possam atender da melhor maneira possível em seus municípios.

Qual o critério de escolha das cidades?

O nosso Plano Estratégico 2012 - 2017, concebido no ano passado estabeleceu, no Eixo Estratégico de Trabalho 5, que a organização deve "Promover a integração institucional e a inserção social do Crea-ES na comunidade capixaba". Então, podemos dizer que este é o ponto de partida. E nós não temos como executar esse eixo senão por meio dos nossos profissionais e empresas registradas. Um dos grandes desafios do desenvolvimento estadual é justamente a correção das desigualdades regionais de renda, em vista dos desequilíbrios regionais, para o que os profissionais da engenharia, da agronomia e profissões afins da área tecnológica tem importante contribuição a emprestar, como de resto já o fizeram em vários ciclos da história capixaba. Pegamos os municípios que funcionam como micropolos regionais com influência sobre os municípios vizinhos que compõem sua região. Seguimos a divisão regional do Espírito Santo, que estabeleceu as Microrregiões Administrativas de Gestão, e atento a densidade demográfica, às vocações econômicas municipais ou regionais e a presença de profissionais registrados no Conselho, propõe-se a divisão regional/municipal para o estabelecimento das inspetorias do Crea-ES, nos termos das já existentes (São Mateus, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Vila Velha, Colatina e Linhares), além de sinalizar para a criação de outra inspetoria na região sob influência de Aracruz.

"Já melhoramos muito, mas reconhecemos que há outro tanto a caminhar. Assim, ao pensar a existência dos adjuntos, nós adotamos o critério de natureza técnica, dando materialidade às realidades regionais."

Como surgiu a ideia de criar as inspetorias adjuntas, que razões ou fatos inspiraram o projeto? Projetos similares já existem em algum outro estado?

Tudo surgiu da busca de excelência no atendimento. Já melhoramos muito, mas reconhecemos que há outro tanto a caminhar. Assim, ao pensar a existência dos adjuntos, nós adotamos o critério de natureza técnica, dando materialidade às realidades regionais. A proposta fundamental é descentralizar para agir. A forma como está sendo concebida é a melhor que encontramos. Quanto a outras iniciativas neste sentido, tivemos conhecimento de algumas, cada qual dentro de sua realidade regional. Conhecemos, também, projetos neste sentido com inspiração política das entidades, em alguns casos, regionalizando-as.

Até que ponto o eixo econômico de cada região ou lugar determinou a criação de uma inspetoria adjunta?

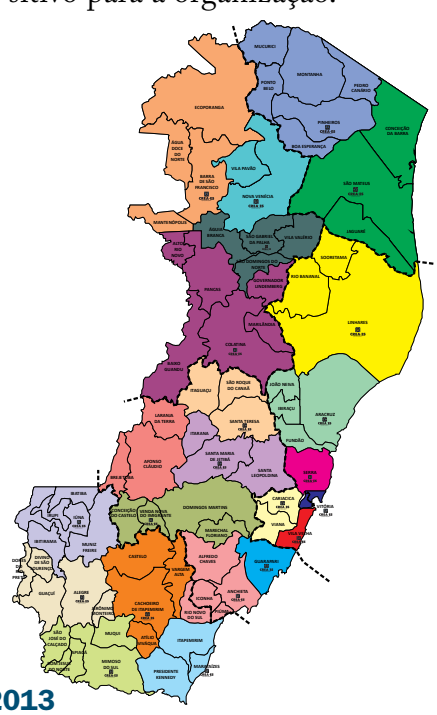
A identificação das vocações e realidades econômicas foi fundamental para dar início às formulações. Foi importante localizar que tipo de exploração econômica determina a prevalência desta ou daquela profissão e profissional, seja ele engenheiro, técnico ou tecnólogo.

Quando serão efetivamente instaladas as inspetorias adjuntas?

Possivelmente até o final desse primeiro semestre.

Qual o custo estimado para implantação do projeto?

Em princípio, o custo previsto é o mínimo. Podemos projetar que a manutenção desta estrutura demandará gastos entre R$ 15 e R$ 20 mil por mês. Ou seja, para o resultado que esperamos, o custo benefício é altamente positivo para a organização. •



Gestão é aprovada pela maioria dos registrados

Dados constam na "Pesquisa de Satisfação", realizada em janeiro de 2013 pela Enquet Pesquisas

O primeiro ano da gestão de Helder Carnielli, que assumiu o cargo de presidente do Crea-ES em 1º de janeiro de 2012, foi considerado bom ou ótimo por mais de 87,9% dos registrados no Conselho. Os dados constam na "Pesquisa de Satisfação", realizada pela empresa Enquet Pesquisas & Gestão da Informação, no começo de 2013. Os entrevistados apontaram transparência, comunicação e organização como principais pontos positivos do mandato.

A pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar o perfil dos entrevistados, sua situação profissional, conhecer a imagem que possuem sobre a atual diretoria do Conselho, identificar pontos positivos e negativos da atual gestão e verificar o conhecimento dos filiados sobre situações que ocorreram no Crea-ES em 2012.

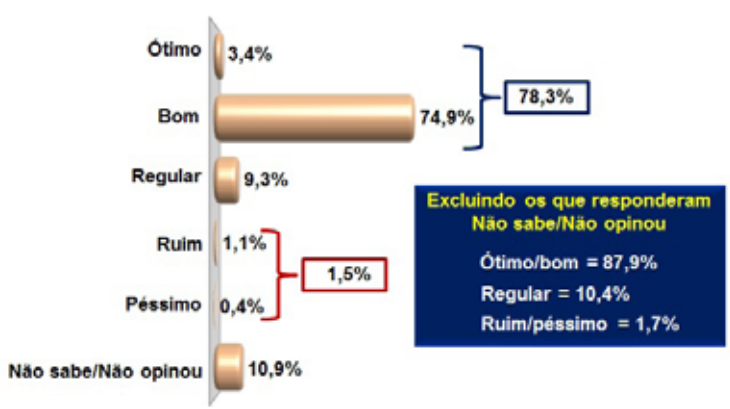
"É fundamental que as instituições realizem esse tipo de estudo para saber exatamente como o seu público pensa. A pesquisa é uma ferramenta para o Conselho desenvolver ações como propostas de cursos, gestão da informação e de comunicação, além de medir o grau de satisfação do trabalho realizado e auxiliar a atual gestão do Crea a atender seus registrados de forma eficaz", relata a diretora da Enquet, Rita Abreu.

Para Carnielli, os resultados obtidos comprovam o trabalho ético e independente, realizado de forma democrática e participativa por sua gestão. "É o reconhecimento do trabalho coletivo, dentro da legalidade, desenvolvido de forma transparente e participativa, com foco na valorização do profissional e na melhoria da qualidade de vida da população", analisa.

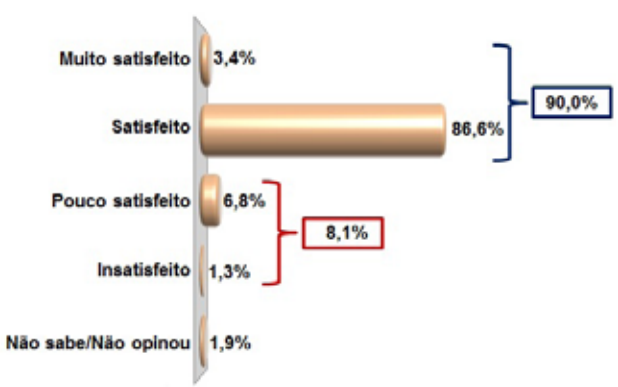
A "Pesquisa de Satisfação Crea-ES 2013" utilizou a metodologia quantitativa descritiva e entrevistou 700 profissionais filiados ao Conselho, sendo 67,1% moradores da região Central (Vitória, Vila Velha, Serra Cariacica e Viana), 18,6% da região Norte (26 municípios) e 14,3% da região Sul (28 municípios). Os dados foram obtidos por telefone, através de questionário estruturado, com baterias de perguntas voltadas para atender aos objetivos do estudo. A amostra foi calculada com margem de erro de 3,7% para mais ou para menos, em um coeficiente de confiabilidade de 95%. As entrevistas foram realizadas no período de 22 a 28 de janeiro de 2013. •

PERFIL: Quem é o registrado do CREA-ES

- 67,1% mora na região Centro do Espírito Santo (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana)
- 70,9% é do sexo masculino
- 68% possui curso superior
- 30% dos que tem curso superior estão na categoria eletricista
- 67% utiliza o site para se informar sobre o Crea-ES
- 97,2% dos que utilizam o site consideram que suas informações são confiáveis
- 93,9% acredita que o conteúdo do site é de interesse dos profissionais
- 93,6% consideram os cursos e eventos promovidos pelo Crea-ES importantes ou muito importantes
- 90% está satisfeito ou muito satisfeito com os serviços prestados pelo Crea-ES em 2012
- 78,3% avaliam a gestão do Eng. Helder Carnielli como boa ou ótima.



Avaliação do desempenho da gestão do Crea-ES em 2012, presidida por Helder Carnielli



Grau de satisfação com os serviços prestados pelo Crea-ES em 2012, de maneira geral

Pé no chão e olho no futuro:

"Gerir para o futuro, trabalhando de imediato a construção de uma base sólida, sustentável e de serviços que atendam todos os registrados e a sociedade". Esta era a proposta da gestão 2012-2014 do Crea-ES, presidida pelo eng. agrônomo Helder Carnielli.

Fiscalização: mais de 36 mil ações em 2012

Marcio Scheppa

A Unidade de Fiscalização do Crea-ES trabalhou muito na busca de otimização de seus resultados neste primeiro ano da gestão. O setor desenvolveu 36.207 ações fiscais no ano de 2012, sendo o número 3,1% superior à média histórica que até então era de 35.089 e o segundo melhor resultado desde que os dados passaram a ser apurados em 2003.

Para o gerente da Unidade, o Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira, "pelas ações executadas em 2012, identificou-se que 75,7% das obras e atividades fiscalizadas encontravam-se regulares, outros 24,3% estavam irregulares e foram notificadas".

Segundo ele, "é animador quando confrontamos esses dados com períodos anteriores". Em 2004, foram 31.617 ações fiscais das quais em 48,9% dos casos foi necessário emitir notificações por irregularidades.

José Adilson constata que "o percentual de obras/atividades irregulares vem decrescendo a cada ano, indicando que a ação fiscalizatória do Crea-ES tem surtido efeito e que o desempenho da equipe da Unidade de Fiscalização tem sido extremamente satisfatório".

Em 2013, a vigilância será mantida e novos instrumentos e estratégias de ação serão agregados. O gerente da Fiscalização entende que "a integração das gerências e as parcerias externas como o Tribunal de Contas do Estado e Superintendência Regional do Trabalho certamente otimizarão os resultados". •

Crea prepara novas ações

O primeiro ano de mandato da gestão foi marcado pela construção de um plano estratégico que já vem sendo implantado. A começar pela reestruturação interna do Crea-ES, que ganhou novos serviços, departamentos e novidades que facilitarão o dia a dia dos registrados.

Procuradoria Geral: nova unidade de trabalho

A nova gestão do Crea-ES estruturou desde janeiro do ano passado a Procuradoria Geral, cujo serviço funcionava anteriormente acoplado à Unidade Institucional. Com isto, a nova Unidade ampliou o quadro de profissionais e assumiu o contencioso judicial (exceto as execuções fiscais, que continuam terceirizadas por enquanto). Consequentemente aumentou a interface com as demais gerências, dando respostas imediatas.

Para a Procuradora Geral, Advogada Renata Lucas, o novo formato de atuação possibilitou mais agilidade e proatividade.

"A administração passou a agir mais de forma pró-ativa, pela qual nós participamos das decisões do Núcleo Gestor e promovemos a interlocução. Além disso, a Unidade acompanha o dia a dia das decisões, envolvendo-se com as questões internas do Conselho de forma direta e efetiva. Outra vantagem da Procuradoria é a percepção e a busca de soluções para os principais desafios", explicou.

Ela também citou a elaboração e padronização de procedimentos internos administrativos relativos a licitações e contratos. Assim, este suporte jurídico interno facilita e dá mais segurança às instâncias de decisão. A Procuradoria tem dado suporte também às entidades em algumas questões diretamente ligadas ao Conselho.

Dentre as grandes demandas em andamento na Procuradoria estão: o trabalho estrangeiro em situação irregular; os aspectos jurídicos da construção da nova sede; o Sead – Serviço de Apoio aos Direitos do Consumidor; e a gestão junto aos órgãos públicos para troca de informações cadastrais, objetivando maior êxito nas execuções fiscais promovidas pelo Crea-ES. •

TI: reciclagem e novos equipamentos em evidência

Considerada pelo gerente da Unidade Administrativa Walace Ferreguetti como uma das demandas mais importantes do Conselho, o setor de informática, conhecido como Tecnologia da Informação teve um ano de intensos trabalhos.

"Precisamos concluir a discussão em torno de algumas questões no setor, mas é inegável que avançamos, e muito, neste primeiro período da nova gestão", disse o consultor de TI, Jefferson Carvalho.

Ele comenta as realizações e projeta algumas metas para este ano. Segundo Carvalho, houve a renovação do parque tecnológico, o que deu maior agilidade aos trabalhos internos, e para 2013 a meta é implementar um sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, digitalizando os processos de Pessoa Física e Jurídica para que possam ser consultados por colaboradores, conselheiros e até mesmo os próprios profissionais e empresas pela internet, sem precisar do acesso físico. •

Marcio Scheppa

Meta é concurso público e plano de cargos e carreiras

Ao apresentar o rol de realizações em 2012, o gerente da Unidade Administrativa, Walace Ferreguetti, destacou que em todas as áreas ocorreram avanços. Ele mostrou também as metas da Unidade para 2013. Entre elas, destacou a implantação do PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Servidores); a realização de concurso público, seleção e contratação para composição final do quadro de funcionários; e novos investimentos em treinamento e capacitação dos funcionários.

A Unidade Administrativa, que hoje compreende os setores de RH (Recursos Humanos), TI (Tecnologia da Informação), Compras e Licitações, Prefeitura e Certificações, dentro do novo organograma da instituição foi subdivida em duas áreas Administrativa e Finanças.

No setor de Compras e Licitações, Ferreguetti destacou como principais ações e metas, a reestruturação do setor; a revisão dos processos de licitação; e a implantação do pregão presencial.

Ferreguetti comenta que "por um bom tempo a informática foi colocada em segundo plano, como um setor de suporte, sem investimentos para avanços. Na nova gestão já foram investidos quase R$ 600 mil no setor, porque temos a tecnologia como principal motriz para nosso desenvolvimento".

ARTs

Já o Sistema de ARTs passa a ficar sob domínio do Crea, e não nas mãos de terceirizados. Além disso, ocorreram mudanças no CPD (Centro de Processamento de Dados), que ganhou estrutura adequada e segura, e uma cuidadosa Revisão da Política de Segurança. Ainda: reestruturação do parque tecnológico (inclusive inspetorias), com aquisição de novas máquinas e roteadores, por exemplo.

Dentre as realizações na Prefeitura e Certificações, o principal destaque é a Recertificação da ISO. A Prefeitura do Crea contou com um rigoroso ajuste do almoxarifado, que garantiu economia significante. Outros pontos destacados foram: a realização do Planejamento Estratégico 2012-2017; a abertura em tempo integral das inspetorias; a reabertura da inspetoria de Guarapari; e a reabertura em março de 2013 da inspetoria de Vila Velha. •

Mudanças determinam queda na receita

Para o gerente da Unidade de Atendimento, o Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, "com a saída dos Arquitetos ocorreu uma redução da quantidade de ARTs de aproximadamente 7%, bem como da receita específica". Esta situação obrigou a gerência a adotar novos procedimentos.

José Maria relata que "para agravar a situação da receita, a partir de 8 de março de 2012, a Lei Federal 12.514/2011 estabeleceu quatro faixas de valores (R$40, R$60, R$100 e R$150) para cobrança de taxas de ARTs. São valores inferiores aos que foram cobrados em 2011, quando existiam oito faixas de valores (R$33; R$83; R$122; R$166,50; R$333,50; R$499,50; R$666 e R$833).

Desta forma, constamos a seguinte evolução:

Ano	Nº de ARTs	%	Receita	%
2011	105.778	-	R$ 10.127.335,75	-
2012	108.712	+0,30	R$ 7.444.746,70	-26,50

Bom desempenho marcou primeiro ano da gestão

Na Unidade de Atendimento, o gerente e Eng. Civil José Maria Cola dos Santos destaca que, dentre suas metas para 2013, o setor quer dar condições de pessoal e infraestrutura às inspetorias para finalização e produção de processos (registro profissional e de empresa, acervo técnico) de forma gradativa em função da necessidade de cada região, com acompanhamento sistêmico da Gerência.

José Maria lembra que "o começo da gestão Helder Carnielli foi marcado com a saída dos Arquitetos do Sistema Confea/Crea, e a alteração dos valores das taxas de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) a partir de 8 de março de 2012.

De acordo com ele, com isto criou-se um planejamento interno com vistas ao desempenho e atuação operacional, uma vez que tais fatos afetavam de forma significativa a receita da Instituição. Na Unidade de Atendimento foi constatado crescimento de 23% no volume de protocolos em 2012, ante ao ano anterior, passando de 74.960 para 92.185. •

Atendimento Presencial: agilidade e satisfação

Seguindo orientação do presidente Helder Carnielli, desde 2012 a Unidade de Atendimento, gerenciada pelo Eng. Civil José Maria Cola dos Santos, introduziu uma nova sistemática de trabalho no serviço de Atendimento Presencial.

Os indicadores de eficiência permitiram uma evolução considerável na qualidade do atendimento, tendo como base o tempo gasto pelo usuário para ser atendido em suas demandas. Houve melhora em todos os sentidos, como confirma o gerente José Maria Cola.

Assim, com base no Planejamento Estratégico 2012-2017, uma das prioridades identificadas é a melhoria da qualidade do atendimento, que foi iniciada com a revisão dos procedimentos. Ao mesmo tempo, foi desenvolvido um Sistema que mensurasse o desempenho individual do atendente, mais um item no qual se obteve resultado positivo.

Confira:

Indicador	Julho 2012	Dezembro	2º Semestre (média)
Tempo de espera	20 min	8 min	14 min
Tempo de atendimento	22 min	18 min	19 min
Grau de satisfação (do usuário)	Nota 8 (bom)	Nota 9 (muito bom)	Nota 9 (muito bom)
Resolutividade	95%	99%	97%

Outros indicadores confirmam eficiência

Acervo Técnico

Segundo o gerente José Maria Cola dos Santos, "a emissão de Certificação de Atestado de Capacidade Técnica (CAT) é imprescindível para que profissionais e empresas possam participar de Licitações Públicas com base na Lei 8.666/93, de certa forma baliza a atividade do mercado".

Com base nisto, comparando com o desempenho de 2011, Cola disse ter constatado neste setor, em 2012, o seguinte desempenho:

Ano	Solicitação	%	CATs emitidas	%
2011	1.717	-	1.887	-
2012	2.062	+20,00	1.688	-10,50

Registro de Pessoa Física

Na Unidade de Atendimento, setor de Pessoa Física, o atendimento aos profissionais foi intenso em 2012, tendo evoluído em relação ao ano anterior. Neste setor, Cola exibiu em seu relatório os seguintes números:

PROFISSIONAIS

Ano	Solicitação	Registrados	Vistos	Habilitados	%
2011	6.185	3.250	277	24.426	-
2012	6.438	3.364	285	27.790	14

Registro de Pessoa Jurídica

Por sua vez, na Unidade de Atendimento, setor de Pessoa Jurídica, os números indicaram o seguinte quadro:

EMPRESAS

Ano	Solicitação	Registrados	Vistos	Habilitados	%
2011	3.633	726	196	5.469	-
2012	3.245	564	254	6.033	10

Cursos e eventos: quase mil profissionais capacitados em 2012

Entre março e dezembro de 2012, foram realizados 26 cursos em parceria com entidades de classe registradas no Crea-ES. Em todos eles, os profissionais registrados no Conselho tiveram descontos especiais que variaram entre 25% e 50%.

Além disso, para cada turma fechada foi sorteada ao menos uma bolsa integral do curso em questão. Segundo o responsável pelo setor, o consultor e Eng. Mecânico Igor Trancoso Dadalto, "tivemos a participação efetiva de 961 profissionais e 33 bolsas sorteadas. Isto representou um grande avanço para a comunidade de profissionais registrados no Conselho".

Igor Dadalto ressalta que este trabalho ampliou e melhorou as relações do Conselho com as instituições afins. E as ações na área não ficaram por aí. O Crea-ES ainda apoiou e patrocinou 22 eventos (congressos/seminários/feira/workshops), no qual participaram mais de 2500 profissionais.

Nos eventos que tiveram participação direta ou indireta do Crea-ES, 60% dos participantes foram profissionais de nível superior, 30% nível médio ou técnico e 10% estudantes.

Interiorização

Dentre as dificuldades a serem enfrentadas, Dadalto explica que "ainda temos um baixo nível de aceitação e público reduzido nas regiões do interior do Estado. Outro fator importante é o problema de logística e infraestrutura". Apesar disso, é meta da diretoria que a equipe prossiga buscando soluções para que, em 2013, possa envolver mais o interior na realização de cursos e eventos.

Ainda na área, o Crea-ES também assinou termos de cooperações técnicas com escolas de idiomas e instituições de ensino, com intuito de garantir descontos para os profissionais e seus dependentes nos estudos de outras línguas e em cursos de graduação e pós-graduação.

As instituições de ensino com parceria atualmente são: Faesa, Pitágoras, Cândido Mendes, UCL, UVV, Univix, Fucape, Ipog, FGV, Doctum, Lopes, Ufes e Ifes. Novas parcerias serão firmadas em 2013.

Confira abaixo os cursos e treinamentos já agendados para 2013. •

10 e 11/5 - Avaliação e Perícias em Veículos Automotores
15 e 16/5 - Patologia e Técnicas de Recuperação de Estrutura de Concreto Armado e Protendido
31/5 e 1/6 - Avaliação de Imóveis Urbanos - Avançado (Inferência Estatística)
12 e 13/6 - Perícia em Engenharia de Defesa Civil – Emergência
21 e 22/6 - Vistoria de Vizinhança
26 e 27/6 - Perícia em Engenharia de Defesa Civil – Emergência
27 e 28/6 - VII Curso de Recomendação de Calagem e Adubação – Princípios e Aplicações
12 e 13/7 - Avaliação de Imóveis Urbanos - Avançado – Prática
17 a 19/7 - I Curso de Atualização Sobre a Nova Classificação Brasielira de Solos
1/8 - I Curso de Cartografia e Geoprocessamento Básico Aplicado a Agricultura e Meio Ambiente
8 e 9/8 - Avaliação e Perícia Ambiental
28 a 30/8 - IV Curso de Elaboração, Implantação e Gestão de Projetos de Irrigação
30 e 31/8 - Avaliação Econômica de Empreendimentos de Base
27/9 - II Curso de Fertirrigação
27 e 28/9 - Norma de Desempenho - NBR 15575/12
14/10 - VI Congresso Estadual de Agronomia e Encontro de Profissionais pelo Dia do Engenheiro Agrônomo
25 e 26/10 - Avaliação de Máquinas e Equipamentos
28 e 29/10 – Fórum sobre Adversidades Climáticas
22 e 23/11 - Perícias em Impermeabilização e NBR 9575/2003
13 e 14/12 - Perícia Avançada para Acidentes de Trânsito com Produtos Perigosos

Divulgação / Internet

Ouvidoria: meta é realizar mais atendimentos

A Ouvidoria do Crea-ES foi criada em janeiro do ano passado, tendo sido designado para a função de ouvidor o assessor especial da presidência, Psicólogo Rodrigo Luiz Rigoni e Silva. Ele fala da importância do setor como uma nova demanda da sociedade brasileira, a partir do aumento da escolarização. "As pessoas aprenderam mais sobre seus direitos, e como reivindicá-los", explica.

Rigoni diz que, no caso do Crea-ES, a Ouvidoria está atingindo seus objetivos "com a colaboração das demais unidades, atendimento das demandas pelo Fale Conosco, e-mails, pessoalmente e por telefone". Sobre o uso da Ouvidoria pelos profissionais, Rigoni diz que a grande maioria ainda usa pouco a ferramenta.

Para ele, os profissionais ainda não têm a cultura da Ouvidoria, e o maior número de demandas ainda advém de sugestão, reclamação e denúncia recebida via Fale Conosco, sistema disponível no site do Crea-ES (www.creaes.org.br). Esta realidade vem mudando com a implantação da nova ferramenta.

Não obstante, Rigoni afirma que a Ouvidoria tem sido muito útil na facilitação das relações com profissionais e sociedade. Relata, ainda, que a grande maioria das demandas, mais de 90%, são atendidas em até cinco dias.

No balanço do setor, ligado diretamente à presidência, ele contabiliza quase 700 demandas logo no primeiro ano. Para 2013, disse que pretende "divulgar a Ouvidoria nas inspetorias, implantar o 0800 para atendimento aos profissionais, buscar a Certificação da ABO (Associação Brasileira de Ouvidores), e informar à sociedade sobre esta ferramenta do Crea-ES. •

Financeiro: superavit mesmo com queda de receita

O Relatório Financeiro de 2012 aponta superavit de 1,42% da receita sobre o ano anterior, mesmo com alterações que determinaram a redução de valores com ARTs, e a saída dos arquitetos do Sistema Confea/Crea, fato determinado por lei federal.

Os maiores percentuais de receita ficaram com o recebimento de anuidades (46,57%), e ARTs (32,85%). O valor médio das ARTs no ano situou-se em torno de R$50.

Em volume, foram 109.002 documentos, significando quase R$5,2 milhões em 2012, o que demonstra um movimento dentro da média dos anos anteriores. Nas modalidades, a Engenharia Civil respondeu por 54% das ARTs, seguida da Agronomia com 16%, Mecânica e Metalúrgica com 13%, Elétrica com 11%, Geologia e Minas com 2%, Agrimensura com 2%. Química, Segurança do Trabalho e Arquitetura, somados, representaram pouco mais de 2%.

Ainda, em quantidade por modalidade de ARTs: a Engenharia Civil representou 37% com 39.598 documentos. Já a Agronomia ficou com 26% em 27.577 ARTs, a Mecânica e Metalurgia com 15%, sendo 16.055 documentos, e Elétrica com 14% em 14.429 documentos. As demais modalidades representaram pouco menos de 10%. •

GTs debatem temas da área tecnológica capixaba

Meta é propor soluções que alcancem toda sociedade

Ano de 2013. É neste ano que o Crea-ES instala o maior número de Grupos de Trabalho (GTs) da sua história. Com o objetivo de subsidiar outros nichos de atuação no Conselho, como plenário, câmaras especializadas, presidência, diretorias e inspetorias, os grupos possuem duração máxima de um ano, prazo que pode ser prorrogado, dependendo da necessidade do tema em questão.

Mesmo em caráter temporário, o GT é um órgão que tem por finalidade estudar, analisar ou apresentar soluções para problemas internos ou externos.

O GT Meio Ambiente, que conta como coordenador o Eng. Civil Marcos Motta, possui 20 integrantes. A meta do grupo para este ano é desenvolver ações que possam manter a Engenharia no caminho da aplicação de tecnologias que contribuam para uma sociedade harmônica com o meio ambiente e, por consequência, para a melhoria geral dos meios urbanos e rurais. Segundo Motta, o GT pretende ampliar a participação dos profissionais da área tecnológica no debate e gerar encaminhamentos de ações convergentes.

O GT Engenharia e Agronomia Públicas, que é coordenado pela Eng. Civil Ana Cristina Achá de Estrada Valle, aguarda as deliberações para o início dos trabalhos neste ano, que prevêem inclusive serviços gratuitos para a população.

"Nosso tema são os pequenos projetos, as pequenas construções em áreas de risco. Faremos parcerias para realizar um trabalho de assistência gratuita para as comunidades, tanto na área urbana quanto na área rural", enfatizou.

Atualmente o Crea-ES conta com 11 GT's em funcionamento

Márcio Scheppa

Segurança do Trabalho

Outro GT que está encaminhando suas diretrizes é o de Segurança do Trabalho. O Eng. Mecânico e de Seg. do Trabalho Adelar Castiglioni Cazaroto é o coordenador.

De acordo com ele, uma das principais finalidades do GT é a análise, estudo e sugestões para implantação da Câmara de Engenharia de Segurança do Trabalho no Crea-ES, incluída no plano de trabalho de 2012.

Dois itens são destacados pelo GT: a participação dos membros em eventos da área, tanto em nível estadual quanto nacional; e o estudo, análise e viabilização de uma Feira de Engenharia de Segurança, na cidade de Vitória, com apoio do Crea-ES, por meio de suas entidades registradas, e coordenação do administrador e contabilista Ademir Dadalto.

O coordenador do GT explicou que a recriação da Câmara de Engenharia de Segurança do Trabalho do Crea-ES, um dos objetivos do GT, foi aprovada na Plenária do Confea em dezembro de 2012.

Aguardando

O GT Geologia e Minas ainda não definiu seu coordenador. Assim também estão os GTs: Assuntos Internos; Agronegócio e Agricultura Familiar; Ciência, Tecnologia e Inovação; Engenharia Química; Sustentabilidade e Economia Verde; e Geografia, Cartografia e Agrimensura. Quanto a este, um dos integrantes, o Téc. em Agrimensura Valmir Xavier Martins admitiu que os profissionais do estado estão necessitando realmente de um núcleo para estudos e discussões nessa área e a consequente criação da Câmara Especializada no Crea-ES. "Estamos esperando uma reunião convocatória", avisou.

É o caso também do GT Engenharia Química, quem tem a Eng. Química Simone Baía como participante. Com cinco integrantes, entre eles três conselheiros do Crea-ES, o grupo definiu como meta para 2013 debater e propor soluções para o transporte e armazenamento de produtos perigosos, com atuação na indústria de alimentos.

Ela explica que ainda existem outros objetivos a serem trabalhados. "O grupo pretende atuar no sentido de fortalecer a modalidade Engenharia Química no Sistema Confea/Crea e esclarecimento à sociedade; colaborar com o exercício profissional e fiscalização, por exemplo". •

BR 262: avanço ou atraso para o ES?

GT aponta questões que podem atrapalhar o Estado

Um dos temas mais palpitantes do Grupo de Trabalho (GT) Infraestrutura é o projeto de concessão da BR 262. O grupo elaborou sugestões, com o intuito de colaborar para toda a sociedade que utiliza direta ou indiretamente o local, que é nas palavras do Eng. Eletricista e coordenador do GT Henrique Zimmer, "um eixo viário fundamental da logística do Espírito Santo, assim como a BR 101, assim como os portos".

Em janeiro de 2013, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao realizar uma audiência pública em Vitória, estipulou um prazo para o envio de questionamentos e sugestões sobre o tema da concessão da BR, que compreende os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, num total aproximado de 376 km. O prazo máximo para a total duplicação será de cinco anos.

Para Zimmer, as exposições da ANTT na audiência causaram nos profissionais do GT algumas surpresas, pois a maioria vislumbrou, com o projeto, mais uma dificuldade para o Espírito Santo. "Diferentemente do que tem se visto falar no Brasil, no sistema de concessão, esse modelo, a modelagem que está sendo proposta para a BR 262, pode ser mais um fator de atraso ou de isolamento do Espírito Santo e da sua logística, do seu processo de transporte", afirmou.

"É a própria dificuldade do processo, do arcabouço jurídico, do arcabouço de orçamento, que dificulta e faz com que uma obra curta, que já deveria estar pronta, que já deveria estar se pensando na duplicação do duplicado... Nós não acabamos ainda. E a BR 262 poderá ser mais uma na carteira de projetos não acabados do Espírito Santo e da sua infraestrutura", alertou.

O projeto da BR 262, no trecho que corresponde ao Espírito Santo, será executado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre (Dnit), vinculado ao Ministério dos Transportes. Para manter os padrões de segurança e conforto, como sinalização e melhorias estruturais, por exemplo, todos os serviços estarão a cargo da empresa concessionária. Mas, quando a empresa construir 10% de duplicação, pode passar a cobrar pedágio. O problema, segundo Zimmer, é que o edital não diz onde, se em Minas Gerais ou no Espírito Santo.

Zimmer explicou que a duplicação, segundo o edital, será dividida em duas fases. Uma fase, de Viana (ES) até a divisa com Minas Gerais, e a outra fase, da divisa do Espírito Santo com João Monlevade (MG). Esta segunda será executada pelo concessionário. O trecho que diz respeito ao Espírito Santo será executado pelo Dnit. "É aí que corremos o risco de não ter isso acabado junto com o concessionário. Por quê? Porque a velocidade é diferente! Os procedimentos são diferentes, o arcabouço jurídico é diferente, tudo é diferente", avisou.

Secom/Gov. do Estado

Oito contribuições do GT Infraestrutura para a BR 262

1 – O GT sugere que a duplicação inicial priorize trechos representativos de tráfego e de maior conflito, tanto no Estado de Minas Gerais, quanto no Espírito Santo;
2 – Incluir no edital exigência de que os usuários que estejam domiciliados em até 5 km no sentido longitudinal e/ou transversal sejam cadastrados e liberados do ônus de pedágio, por meio de "passe livre";
3 – Adotar providências no sentido de garantir que os prazos em relação à execução das obras no trecho compreendido entre o km 19,1 e 19,6 até a divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais sejam rigorosamente cumpridos;
4 – A concessionária, após a assinatura dos contratos de concessão, na fase de execução dos projetos, estabeleça para a execução dos projetos básicos/executivos, um período mínimo de uma semana em cada trecho (inter pedágio);
5 – A duplicação do trecho no Espírito Santo tenha exigências legais transparentes e planejamento efetivo para que seja executada obrigatoriamente, atendendo o prazo consolidado na apresentação da Audiência Pública 132/2013, estabelecido para cinco anos, a exemplo do esperado que ocorra com o trecho no Estado de Minas Gerais, cuja duplicação ficará a cargo da concessionária;
6 – Implantar, em todos os trechos urbanos dos 22 municípios interceptados, "ciclovias ou ciclofaixas";
7 – Prever em seu edital a implantação do sistema de pedagiamento por meio eletrônico em toda a sua extensão, eliminando-se a implantação de praças de pedágio nos moldes atuais;
8 – Em caso de retardamento no sistema de pedagiamento eletrônico, implantar praças de pedágio, e que estas utilizem métodos construtivos de Engenharia na modelagem modular pré-fabricadas com custos reduzidos, sem perder a qualidade e a segurança construtiva, de forma a propiciar facilidade de desmonte. Sugere-se assim, que seja adotado como trecho mínimo o percurso de 20 km, entre pórticos de cobrança eletrônica. •

O GT realizou recentemente palestra sobre infraestrutura rodoviária, na Ufes.

Diferenças básicas entre privatização e concessão

"Privatização: quando a União pega um bem público, por exemplo, a Vale do Rio Doce, e vende o seu ativo. Fez um balanço contábil, viu o quanto ela valia e vendeu. Então, a União não tem mais responsabilidade com aquele ativo. Ela tirou do patrimônio dela.

Concessão: espécie de aluguel de ativo do governo, bem público, que lhe dá o direito de utilização, cobrando tarifa pública. Então, se presta um serviço público usando um bem da União, a serviço da sociedade, porque a União se sente incapaz ou não quer prestar aquele tipo de serviço. Exemplo: a concessão das rodovias, a concessão dos aeroportos. Os aeroportos não estão sendo vendidos, estão sendo concedidos. Vamos usar durante um prazo, com regras, que vão ser cobradas e fiscalizadas, e, ao final daquele período, se renova ou não; ou se faz uma nova concessão". •

Henrique Zimmer, coordenador do GT Infraestrutura do Crea-ES

O novo Código Florestal Brasileiro

EUGÊNIO JOSÉ AGRIZZI
Engenheiro Florestal, Especialista em Engenharia Ambiental, Consultor Ambiental, Membro da Diretoria da AEFES - Associação dos Engenheiros Florestais do ES, Integrante da Câmara Especializada de Agronomia e Representante do Crea-ES no Consema - Conselho Estadual de Meio Ambiente.

O Novo Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal

A sociedade brasileira, antes de editada a primeira Lei sobre o tema, já tinha noção que as florestas não tinham somente a função de fornecer madeira, mas também promover cobertura do solo protegendo-o dos impactos ambientais causados pelo processo de supressão vegetal.

Diante desta constatação, em 1934 veio o primeiro Código Florestal que focava a realidade econômica e social de um país baseado na economia primária e com poucas áreas ocupadas na região do cerrado e a amazônica, não obtendo êxito esperado como legislação.

Em 1965, ocorreu à criação do Código Florestal a princípio voltado para florestas comerciais e posteriormente para as florestas de preservação permanente, hoje Área de Preservação Permanente - APP e também criando a chamada a obrigatoriedade da Reserva Legal.

Novo Código Florestal - Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, APPs e áreas de Reserva Legal, exploração florestal, suprimento de matéria-prima florestal, controle da origem dos produtos florestais, controle e prevenção dos incêndios florestais, prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

A Reforma do novo Código Florestal do Brasil foi iniciada com debates por parte de ambientalistas e ruralistas tendo em vista que a preservação da natureza é imprescindível para sustentabilidade do planeta e por outro lado, visando à necessidade de terras para a produção de alimentos para população.

Após quase uma década de debates, em 2008, retomou-se a reformulação do Código com proposta apresentada em 2011 e o texto final aprovado em 2012 através da Medida Provisória nº 571/12, que alterou o Código Florestal (Lei 12.651/12), seguido de vetos e al-

terações de alguns artigos.

Em 2012 o Sistema Confea/Crea participou efetivamente do processo de elaboração, discussão e aprovação do Código Florestal ressaltando que "No momento em que a sociedade brasileira, após décadas de discussão, vislumbra a expectativa da criação de um marco regulatório para a garantia ambiental sem prejuízo do desenvolvimento nacional, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, por meio de seu Plenário, reconhece a necessidade urgente de uma regulamentação e manifesta apoio à criação de dispositivo legal que proporcione o equilíbrio entre o meio ambiente e o atendimento das necessidades de segurança alimentar com o desenvolvimento de uma agropecuária dentro do respeito às características dos biomas nacionais". Desejando que a regulamentação fosse pautada em obediência a critérios técnicos que melhor atendesse aos interesses nacionais, e disponibilizando o conhecimento técnico necessário para que fosse colocado em prática o que melhor fosse para o Brasil.

Entidades de classe ligadas ao Sistema através de suas associações e de suas câmaras técnicas defenderam que o Código Florestal devesse considerar a diversidade de biomas, que cada estado da federação fosse feito seu Zoneamento Econômico e Ecológico e a preservação como áreas permanentes de topos de morros em altitude superior a 1.800 m.

As normas do Código Florestal geram algumas dúvidas, porém estão sendo avaliadas constantemente por profissionais do assunto para uma melhor adequação.

Destaca-se o "art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos da Lei que as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 30 m., para os cursos d'água de menos de 10 m de largura; 50 m., para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 m. (Item I). No item IV as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 m.;

No "§ 5º é admitido, para a pequena propriedade ou posse rural familiar, de que trata o inciso V do art. 3º desta Lei, o plantio de culturas temporárias e sazonais de vazante de ciclo curto na faixa de terra que fica exposta no período de vazante dos rios ou lagos, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa, seja conservada a qualidade da água e do solo e seja protegida a fauna silvestre."

Sobre a Delimitação da Área de Reserva Legal no "art. 12º. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação observado o percentual 20 % em relação à área do imóvel. •

Faes / Divulgação

MANDATO

Também foram renovados os grupos integrantes das Câmaras e Comissões Técnicas

Crea-ES dá posse a novos diretores e conselheiros

No dia 29 de janeiro, realizou-se a 967ª Sessão Plenária Ordinária do Crea-ES, na sede da instituição, em Vitória. Como acontece sempre na primeira Sessão Plenária do ano, a pauta privilegiou a escolha dos nomes que integrarão as instâncias de decisão do Conselho. Outros nomes foram incluídos na 968ª Sessão Plenária, realizada dia 26 de fevereiro de 2013.

"Estamos iniciando nosso segundo ano de gestão e temos muito trabalho pela frente, como determinamos juntos ao elaborar de forma coletiva o nosso Plano Estratégico. Em 2012 foram feitos investimentos importantes e implantamos um modelo de gestão mais moderno e transparente. Agora é hora de fortalecer e dar continuidade a este trabalho", afirmou o presidente do Conselho, Eng. Agrônomo Helder Carnielli.

Confira os nomes: Diretoria 2013

• 1º vice-presidente
Eng. Civil José Antônio do Amaral Filho
• 2º vice-presidente
Eng. Agrônomo e Seg. Trab. Álvaro João Bridi
• Diretor administrativo
Eng. Mecânico e Civil Geraldo Rossoni Sisquini
• Diretor financeiro
Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles
• Vice-diretor administrativo
Eng. Mecânico Oswaldo Paiva Almeida Filho
• Vice-diretor financeiro
Eng. Florestal Eugênio José Agrizzi

Conselheiros 2013

Todos os anos, o Plenário do Crea-ES tem sua composição renovada em um terço. Os nomes são indicados pelas Entidades de Classe e Instituições de Ensino registradas no Conselho. Confira os nomes, já divididos em suas respectivas Câmaras Especializadas:

Câmara Especializada de Agronomia (Ceagro)

Titulares

Coordenador
Eng. Agrônomo Douglas Muniz Lyra
Coordenador adjunto
Eng. Florestal Marcos Vinicius Winkler Caldeira
Eng. Agrônomo e Seg. Trab. Álvaro João Bridi
Téc. Agrícola Antonio Carlos Balbino
Téc. em Agropecuária Carlos Genis da Silva
Eng. Florestal Eugênio José Agrizzi
Eng. Agrônomo José Roberto Silva Hernandes

Suplentes

Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva
Téc. Agrícola Vitalino Fermo
Téc. em Agropecuária Dimas Piontkovsky
Eng. Agrônomo Octacílio Chamon
Eng. Florestal André Barroso Ribeiro
Eng. Agrônomo Aureliano Nogueira da Costa
Eng. Agrônomo José Francisco Teixeira do Amaral

Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas (CEEMMQGM)

Titulares

Coordenador
Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto
Coordenadores adjuntos
Eng. Química Simone Baía Pereira
Eng. de Minas Antonio Nascimento Gomes
Téc. em Mecânica Dionísio José Souza Carvalho
Eng. Industrial Mecânico e de Seg. Trab. Fred Rosalém Heliodoro
Eng. Mecânico e Civil Geraldo Rossoni Sisquini
Eng. Mecânico Oswaldo Paiva

Almeida Filho
Eng. Mecânico Paulo Roberto Ferreira
Téc. Mecânica Ronaldo Neves Cruz
Eng. Química Uara Sarmenghi Cabral

Suplentes

Geólogo Edison Thaddeu Pacheco
Téc. em Metalurgia Miguel Antônio Madeira da Silva Araújo
Eng. Mecânico José Carlos de Assis
Eng. Mecânico João Luiz Moraes Seder
Eng. Mecânico Ivanor Martins da Silva
Eng. Mecânico e Seg. Trab. Adelar Castiglioni Cazaroto
Téc. Metalurgia Kepler Daniel Sergio Eduardo
Eng. Mecânico Luiz Antonio Radaeli
Eng. Químico Walter Cirilo Monte Mor

Câmara Especializada de Engenharia Civil e Segurança do Trabalho (CEECST)

Titulares

Coordenador
Eng. Civil Marcos Motta Ferreira
Coordenador adjunto
Eng. Civil Rubio Antonio Freitas Vale Marx
Eng. Civil Ana Cristina Achá de Estrada Valle
Eng. Civil e Seg. Trab. Delfim Francisco da Costa Filho
Eng. Civil Juliano Curto de Barros
Eng. Civil José Antonio do Amaral Filho
Eng. Civil e Seg. Trab. Marco Aurelio Ribeiro Brunetti
Eng. Mecânico e Seg. Trab. Maxsuel Marcos Rocha Pereira
Eng. Civil e Seg. Trab. Radegaz Nasser Junior
Téc. em Estradas Telmo Lopes Sodré Filho
Eng. Civil e Seg. Trab. Wania Nassif Marx

Suplentes

Eng. Civil Fernando Hrasko
Eng. Civil e Seg. Trab. Douglas Oliveira Couzi
Eng. Civil João Carlos Meneses
Eng. Civil Jaime Oliveira Veiga
Eng. Civil José Lemos Sobrinho
Eng. Civil e Seg. Trab. Marco Antonio de Oliveira
Eng. Civil Seg. Trab. Flavio Vassallo Mattos
Eng. Civil Rogerio Dias Queiroz Manga
Eng. Civil Patricia Brunow Diniz Ribeiro Barbosa
Téc. em Edificações Dirlene de

Paula Reis
Eng. Civil e Seg. Trab. Jorge Luís Rodrigues Costa

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (CEEE)

Titulares

Coordenador
Eng. Eletricista Ivan Pierozzi
Coordenador adjunto
Eng. Eletricista Flávio Tongo da Silva
Eng. Eletricista Aureo Buzatto
Téc. Eletrotécnica Bernardino José Gomes
Eng. Eletricista Heber Costa Beber
Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida
Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles

Suplentes

Eng. Operação Eletrônica Paulo Cesar Tinelli
Téc. Eletrotécnica e Telecomunicações Heraldo Gonçalves Fogos
Eng. Eletricista Sérgio Augusto Costa
Eng. Eletricista Mario Cesar Batista Santos
Eng. Eletricista Henrique Germano Zimmer
Eng. Eletricista Eduardo Luiz Henriques
Téc. em Eletrotécnica Hideraldo Gomes

COMISSÕES

Comissão de Ética Profissional (CEP)

Titulares

Coordenadora
Eng. Civil e Seg. Trabalho Wania Nassif Marx
Coordenador adjunto
Eng. Eletricista Ivan Pierozzi
Eng. Civil Juliano Curto de Barros
Eng. Agrônomo e Seg. Trabalho Álvaro João Bridi
Eng. Florestal Eugenio José Agrizzi
Téc. em Estradas Telmo Lopes Sodré Filho

Suplentes

Eng. Civil Ana Cristina Achá de Estrada Valle
Eng. Civil Rubio Antonio Freitas Vale Marx
Eng. Agrônomo José Roberto Silva Hernandes
Eng. Florestal Marcos Vinicius Winckler Caldeira
Eng. Mecânico Fred Rosalém Heliodoro
Téc. em Agropecuária Carlos Genis da Silva

Comissão de Orçamento e Tomada de Contas

Titulares

Eng. Eletricista Áureo Buzatto
Eng. Civil e Seg. Trabalho Marco Aurelio Ribeiro Brunetti
Eng. Civil Marcos Motta Ferreira
Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida
Téc. Agrícola Antonio Carlos Balbino

Suplentes

Eng. Civil Rubio Antonio Freitas Vale Marx
Eng. Mecânico Fred Rosalém Heliodoro
Eng. Eletricista Flávio Tongo da Silva
Eng. Mecânico Paulo Roberto Ferreira
Téc. Mecânica Ronaldo Neves Cruz

Comissão de Renovação do Terço

Titulares

Eng. Civil Radegaz Nasser Junior
Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto
Eng. Química Simone Baía Pereira
Eng. Agrônomo Douglas Muniz Lyra
Téc. em Eletrotécnica Bernardino José Gomes

Suplentes

Eng. Civil Rubio Antonio Freitas Vale Marx
Eng. Civil e Seg. Trabalho Marco Aurelio Ribeiro Brunetti
Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida
Eng. Agrônomo José Roberto Silva Hernandes
Téc. em Estradas Telmo Lopes Sodré Filho

Comissão de Educação e Atribuição Profissional

Titulares

Eng. Mecânico e Civil Geraldo Rossoni Sisquini
Eng. Mecânico Oswaldo Paiva Almeida Filho
Eng. Florestal Marcos Vinicius Winckler Caldeira
Eng. Civil José Antonio do Amaral Filho
Eng. Químico Uara Sarmenghi Cabral
Téc. em Mecânica Dionísio José Souza Carvalho
Eng. Agrônomo Douglas Muniz Lyra
Eng. Eletricista Flávio Tongo da Silva

Suplentes

Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto
Eng. EletricistaÁureo Buzatto
Eng. Florestal Eugenio José Agrizzi
Eng. Mecânico e Seg. Trabalho Maxsuel Marcos Rocha Pereira
Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles
Geólogo Edison Thaddeu Pacheco

Comissão Permanente do CreaJr-ES

Titulares

Eng. Agrônomo José Roberto Silva Hernandes
Eng. Civil e Seg. Trabalho Wania Nassif Marx
Eng. Eletricista Flávio Tongo da Silva
Eng. Industrial Mecânico e de Seg. Trab. Fred Rosalém Heliodoro

Suplentes

Eng. Florestal Marcos Vinicius Winckler Caldeira
Eng. Civil Marcos Motta Ferreira

Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida
Eng. Mecânico e Civil Geraldo Rossoni Sisquini

Comissão Organizadora do 8º Congresso Estadual de Profissionais (CEP)

Titulares

Eng. Florestal Simone Coutinho Lacerda
Eng. Química Simone Baía Pereira
Eng. Agrônoma Magda Cecilia Pavesi Felner
Eng. Civil Ana Cristina Achá de Estrada Valle
Eng. Florestal André Barroso Ribeiro
Tec. em Agrimensura Aloisio Carnielli
Eng. Eletricista Henrique Germano Zimmer
Eng. Civil e Seg. Trab. Marco Antonio de Oliveira
Eng. Agrônomo Gilmar Gusmão Dadalto
Eng. Mecânico e Seg. Trab. Adelar Castiglioni Cazaroto

Comissão de Estudos e Viabilidade da Sede do Crea-ES

Titulares

Eng. Civil e Seg. Trabalho Marco Aurelio Ribeiro Brunetti
Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto
Eng. Eletricista Áureo Buzatto
Eng. Agrônomo Douglas Muniz Lyra
Eng. Civil Juliano Curto de Barros

Suplentes

Eng. Civil José Antonio do Amaral Filho
Eng. Mecânico Oswaldo Paiva Almeida Filho
Téc. em Eletrotécnica Portugal Sampaio Salles
Eng. Eletricista Olavo Botelho Almeida
Eng. Civil Rubio Antonio Freitas Vale Marx
Eng. Mecânico Jose Carlos de Assis
Téc. em Eletrotécnica Bernardino José Gomes
Téc. Agrícola Vitalino Fermo
Eng. Civil Fernando Hrasko
Eng. Civil e Seg. Trabalho Wania Nassif Marx
Eng. Eletricista Henrique Germano Zimmer
Eng. Civil e Seg. Trabalho Radegaz Nasser Junior
Eng. Mecânico e Seg. Trab. Adelar Castiglioni Cazaroto

Maior evento de engenharia do ES já está marcado

A expectativa é de que 1000 pessoas participem do encontro, entre elas estudantes de todo o Brasil

Entre os dias 5 e 9 de agosto de 2013, o Centro de Convenções de Vitória se tornará palco do maior evento de engenharia do Espírito Santo: a Semana da Engenharia (Seng).

Em sua 10ª edição, o tema do encontro será "O profissional do futuro e o atual panorama do setor tecnológico". Na ocasião, os participantes conhecerão a importância do profissional da Engenharia estar à frente de seu tempo, criando ideias que poderão solucionar as atuais e futuras necessidades do mundo.

Grandes lideranças foram convidadas para participar da cerimônia de abertura, entre elas os presidentes da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda; do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Luciano Coutinho; e da Petrobras, Graças Foster.

A novidade deste ano é que o evento terá abrangência nacional, com isso, delegações de estudantes de todo o Brasil estão sendo esperadas. A expectativa dos organizadores, a Empresa Júnior de Engenharia da Ufes (CT Júnior) e CreaJr–ES, é de que cerca de 1000 participantes, locais e nacionais, participem do encontro. O número é 40% maior que o recebido em 2012.

Programação

Palestras, debates e workshops fazem parte da programação da 10ª Semana de Engenharia, grandes nomes foram convidados para discutir o tema central e objetivos secundários. Essa será a oportunidade do público debater assuntos relevantes da área tecnológica atual com especialistas. Já os workshops darão dinamismo ao encontro.

Também faz parte da programação do encontro o concurso de engenhosidades. O objetivo principal é levar ao participante a experiência de realizar um projeto de Engenharia. O vencedor será premiado pela organização do evento.

O momento mais esperado será a mostra tecnológica em que os principais inventos da área tecnológica do país serão apresentados. Entre as invenções negociadas estão algumas das mais referendadas instituições do segmento, como ITA, USP, Unicamp e UFRS. •

Confira os palestrantes que já confirmaram presença!

Marcos Cavalcanti (Professor da COPPE-UFRJ, colunista de O Globo - Inteligência Empresarial) – Palestra Magna "Profissional do futuro e a sociedade do conhecimento"

Aluízio Fagundes de Barros (Presidente do Instituto de Engenharia) – Palestra Magna "Engenharia como solução dos problemas brasileiros"

Cristina Engel (Professora da Ufes, pesquisadora da base Antártica de Tecnologia de Edificações) – Palestra "Construções em lugares inóspitos"

Luiz Lozer (Diretor Técnico da Geocontrol)- Debate "Empreender ou seguir carreira"

Raphael Marques (Estudante de Engenharia Civil da UFV, Diretor Nacional de Comunicação ESF-Brasil) – Palestra "Engenharia sem fronteiras"

Horácio Forjaz (Diretor do Parque Tecnológico de São José dos Campos) - Palestra Magna "Parques Tecnológicos"

Porque o tema "O profissional do futuro e o atual panorama do setor tecnológico"?

"O profissional do futuro não é um termo novo, mas, por vezes, é interpretado como algo abstrato, distante da realidade. A proposta é mostrar a importância do engenheiro que busca estar à frente de seu tempo.

O atual cenário para os futuros engenheiros se mostra positivo. A demanda por novos profissionais é grande. As empresas públicas e privadas, sabendo do atual panorama da economia mundial, percebem que a verba destinada para a Engenharia deve ser tratada como investimento, visando a melhoria da qualidade de vida para todos. O que se espera dos jovens profissionais é o fomento de novas ideias advindas do meio acadêmico para revolucionar os métodos convencionais de produção, com foco na sustentabilidade e na diminuição dos impactos ambientais provocados pelo setor.

A organização da Seng tem como missão, despertar o interesse dos futuros profissionais para que estes tenham a visão do contexto em que se situam e enxerguem as demandas de sua área para dar o passo à frente, colocando o futuro cada vez mais próximo da sociedade."

Mariana Moitinho Sant'Anna
Gerente de Programação da Semana da Engenharia 2013

AGRONOMIA

ES tem consumo descontrolado de agrotóxicos

Falhas na fiscalização contribuem para má utilização dos defensivos agrícolas

Divulgação / Internet

No acumulado de 2004 a 2012, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) estimou que dos 120 tipos de agrotóxicos pesquisados mensalmente nos alimentos produzidos no Estado, cerca de 13% estão em inconformidade com as normas técnicas. A falta de controle nas vendas de defensivos agrícolas e o uso indiscriminado pelos produtores rurais capixabas, virou motivo de preocupação para o Crea-ES, que enxerga falhas no modelo atual de fiscalização.

Desde o final da década de 80, a legislação brasileira determina a prescrição técnica obrigatória, através de Receituário Agronômico, por Engenheiro Agrônomo ou Florestal. Entretanto, o documento vem sendo emitido por profissionais vinculados às revendas de insumos ou cooperativas.

"A estrutura técnica e comercial atual está toda montada para o atendimento da legislação e das exigências da fiscalização, focando-se no atrelamento da emissão do Receituário Agronômico apenas para a legalização do comércio de agrotóxicos", revela o coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Agronômica (Ceagro) do Crea-ES, Eng. Agrônomo Douglas Muniz de Lyra. Segundo ele, o modelo de fiscalização realizado pelo Idaf possui falhas que não contribuem de forma eficaz para o manejo dos recursos recorrentes do uso de agrotóxicos. "As vistorias são feitas diretamente com o comércio, checando as 2ª vias das notas fiscais do produto. Essa metodologia não atinge todo o universo do mercado no Estado porque a fiscalização é feita através de amostragem", analisa Lyra.

Monitoramento

A ausência de processamento ou acompanhamento dos órgãos fiscalizadores e de fiscalização do exercício profissional (Sistema Confea/Crea) nas receitas emitidas, levou o Crea-ES e o Idaf a se unirem para a implantação do Sistema de Monitoramento do Comércio e Uso de Agrotóxicos (Siagro), um banco de dados online para a emissão e armazenamento de todas as operações relativas à venda e utilização de agrotóxicos.

Através do sistema será possível o controle não somente da emissão de receituários, como também da quantidade de produtos utilizados e a fiel localização da aplicação, informações que não são acessadas atualmente.

O objetivo é garantir o controle rigoroso para evitar o mau uso de produtos que podem causar danos à saúde da população e ao meio ambiente.

"Se o agricultor, responsável técnico ou comerciante produzir ou comercializar um produto agropecuário com resíduos de agrotóxicos acima do limite legal estabelecido, deve ser punido exemplarmente", conclui Lyra.

A implantação do Siagro vai expandir o mercado profissional, uma vez que vai garantir que os defensivos agrícolas comercializados foram recomendados profissionais habilitados e registrados, respeitando os limites previstos na legislação e evitando riscos ao meio ambiente e à saúde de quem consome. •

CIVIL

Sobram recursos públicos, faltam projetos

Deficit de profissionais de Engenharia nas prefeituras leva municípios a devolverem verbas.

Dos R$ 70 bilhões previstos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para cidades de médio porte investirem em pavimentação, mobilidade urbana e saneamento básico, R$ 33 bilhões começaram a ser liberados em março. Um item fundamental para que os municípios possam receber estes recursos é a apresentação de projetos. Entretanto, a falta de profissionais qualificados para elaboração de projetos técnicos, pode acabar fazendo com que menos recursos cheguem ao Espírito Santo.

Algumas prefeituras estariam devolvendo dinheiro aos órgãos de origem por não terem equipe técnica composta por profissionais de Engenharia, especialmente o Engenheiro Civil, ou simplesmente por não apresentarem projetos técnicos. É o que garante o coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil e Segurança do Trabalho, Marcos Motta Ferreira.

Para Motta, uma das soluções é resgatar a cultura técnica municipal, estadual e brasileira. "Os desafios estão sendo apresentados e precisam ser enfrentados de forma contundente. Assim, o planejamento de ações por meio da elaboração de bons projetos de Engenharia Civil é o caminho para a solução definitiva de inúmeros problemas encontrados pelos municípios, além de abrir um grande nicho de mercado de trabalho para os profissionais Engenheiros Civis", analisa.

Sem a contratação de profissionais para a elaboração de projetos, as Prefeituras ficarão sem necessárias obras de infraestrutura. Em 2010, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou que o Brasil teria perdido R$ 360 bilhões num período de 25 anos por falta de investimentos em logística.

"O trabalho conjunto é uma luz importante para conseguir alcançar um objetivo maior, que é a realização de obras com valorização profissional. Diante disso, existe no âmbito do Crea-ES, milhares de engenheiros civis que podem tanto ajudar na elaboração de projetos, quanto compor a equipe de profissionais técnicos das prefeituras", conclui Marcos Motta Ferreira.

O Projeto

O Crea-ES se colocou à disposição das prefeituras e busca parcerias para a implantação do projeto "Engenharia e Agronomia Pública". O objetivo é tornar o custo do projeto o mais barato possível. O Conselho indicará os profissionais e pagará as diárias de deslocamento, enquanto as Prefeituras entram com o pagamento da hora técnica e a hospedagem do profissional.

"Pretendo criar um núcleo de trabalho para fortalecer a área de elaboração de projetos para fins sociais. Queremos uma parceria padrão, em que o objetivo é realizar o projeto de forma mais barata possível. Temos 30 mil profissionais à disposição. Para se ter ideia, através da parceria o projeto custará em torno de 6% do valor praticado normalmente", explica o presidente do Crea-ES, Helder Carnielli.

Para que o projeto seja executado como planejado será necessário um levantamento topográfico com sistematização. "Em seguida, demandaríamos um ou dois profissionais e eles, através da topografia, fariam um projeto básico e um cronograma. Após isso, a Prefeitura entra com a diária e as despesas dos profissionais", finaliza Carnielli. •

Divulgação / Internet

INDUSTRIAL

ES recebeu debate nacional na área de Bioengenharia

O 4º Encontro Nacional de Engenharia Biomecânica aconteceu pela primeira vez no ES

De 25 a 27 de abril, especialistas de renome internacional estiveram no Espírito Santo para apresentar seus trabalhos na área de Bioengenharia. É que Vitória sediou o 4º Encontro Nacional de Engenharia Biomecânica, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia e Ciências Mecânicas (ABCM) em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

O objetivo do Encontro foi estabelecer um fórum de avaliação do estágio atual da pesquisa na área de Engenharia Biomecânica no país e de discussões técnico-científicas que possibilitem traçar diretrizes necessárias para o desenvolvimento e consolidação desta área no Brasil.

"Não existem cursos na área em número compatível diante da quantidade de problemas que podem ser resolvidos com os conhecimentos da Engenharia. O propósito foi apresentar as dificuldades atuais na implantação da disciplina nos cursos de Engenharia, de Medicina e de Odontologia", revela o diretor superintendente do Instituto de Tecnologia da Ufes (Itufes), Ângelo Gil Pezzino Rangel.

A participação no evento foi aberta a todos os interessados em se aprofundar nas soluções técnicas de Engenharia para resolver problemas em áreas como medicina, odontologia, veterinária e fonoaudiologia.•

Nova composição

Desde janeiro de 2013, a Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas (CEEMMQGM) possui nova composição. Composta por dez conselheiros titulares e um representante do Plenário, a Câmara possui a função de regulamentar, julgar e orientar a fiscalização nas atividades da área de Engenharia Industrial, compreendendo Mecânica, Metalurgia, Química, Geologia e Minas. Entre as funções desempenhadas, estão a produção de normativos, julgamento de processos e atuação institucional em defesa e valorização das profissões abrangidas pela Câmara.

A nova CEEMMQGM

TITULARES

Sebastião da Silveira Carlos Neto (Coordenador), Simone Baía Pereira (Coordenadora Adjunta), Marco Aurélio Ribeiro (Representante Plenário), Antonio Nascimento Gomes, Dionísio José Souza Carvalho, Fred Rosalém Heliodoro, Geraldo Rossoni Sisquini, Oswaldo Paiva Almeida Filho, Paulo Roberto Ferreira, Ronaldo Neves Cruz e Uara Sarmengui Cabral

SUPLENTES

Edison Thaddeu Pacheco, Miguel Antônio Madeira da Silva, José Carlos de Assis, João Luiz Moraes Seder, Ivanor Martins da Silva, Adelar Cazaroto, Daniel Sérgio Eduardo, Luiz Antônio Radaeli e Walter Cirilo Monte Mor.•

Márcio Scheppa

ELÉTRICA

Capixaba representa o Brasil no Mercosul

Flávio Tongo da Silva foi eleito porta voz de três categorias no Mercosul

Em 2013, quando acontecer a próxima reunião do grupo de profissionais das organizações congêneres da área de Engenharia e Tecnologia dos países que formam o Mercosul, um capixaba levará as demandas brasileiras dos profissionais da área de Engenharia Elétrica para os países que compõem o bloco. É que o Coordenador Adjunto da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (Crea-ES), o Eng. Eletricista e Téc. em Eletrotécnica Flávio Tongo, foi eleito portavoz oficial dos Engenheiros, Tecnólogos e Técnicos brasileiros que atuam em todas as modalidades da Engenharia Elétrica na Comissão de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geologia e Engenharia (CIAM) do Confea para o Mercosul.

A eleição aconteceu no dia 20 de fevereiro, em Brasília, durante reunião nacional das Câmaras Especializadas de Engenharia Elétrica dos Creas de todo o país. Tongo concorreu com outros dois profissionais da área, um de Mato Grosso e outro de Mato Grosso do Sul, sendo o escolhido pela maioria dos coordenadores das CEEEs dos 26 Estados brasileiros mais o Distrito Federal.

A CIAM tem o objetivo de equiparar as condições de exercício profissional compatibilizando ações dos países signatários do Mercosul, tendo em vista a livre circulação de profissionais, serviços e empresas, garantindo o controle eficaz sobre a responsabilidade técnica no âmbito regional.

De acordo com Flávio Tongo da Silva, o portavoz eleito, o Mercosul é a etapa inicial para a atuação profissional do brasileiro no exterior. "Nosso objetivo é defender os interesses dos profissionais que atuam em todas as modalidades da Engenharia Elétrica no Espírito Santo e no Brasil, posicionando-nos como desenvolvedores de produtos e serviços de base tecnológica e não apenas como implantadores de pacotes tecnológicos criados em outros países", disse.

Demandas

Ainda sem data confirmada, a próxima reunião entre instituições congêneres de Engenharia do Mercosul está prevista para acontecer em Buenos Aires, na Argentina. Flávio Tongo da Silva identifica algumas demandas locais, que também são compartilhadas pelos demais Conselhos brasileiros, Creas, e que devem ser levadas para o evento. Entre elas está o estabelecimento de critérios para o exercício profissional de pessoas com formação no exterior para atuarem no Brasil e vice-versa. "A formação acadêmica na área de atuação profissional é um item imprescindível para nortear essa reunião", adianta.

O objetivo desse encontro será propiciar a reciprocidade nas condições do exercício profissional nos quatro países (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai). "O ideal é que ocorra um equilíbrio e que os brasileiros possam aumentar sua competitividade ao se exporem a diferentes realidades, línguas, métodos de gestão e tecnologias", destaca.

Como representante brasileiro das modalidades da Engenharia Elétrica no CIAM, Tongo dá algumas dicas para quem está de olho nas oportunidades que devem surgir. "As principais demandas serão na indústria de transformação, eletroeletrônicos, alimentos e têxtil, automação de processos industriais, co-geração de energia, eletrificação rural, eficiência energética de instalações comerciais e industriais e energias renováveis", conclui. •

Flávio Tongo

INVESTIMENTO

Cinco novos veículos foram adquiridos com recursos do Confea

Novos carros para ampliar ações de fiscalização

Todos os meses, um por cento da receita operacional do Crea-ES é repassada ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua (Prodesu). Trata-se de um investimento que retorna para os Creas participantes e pode ser aplicado em programas diversos, desde que seja elaborado e apresentado um projeto que justifique a utilização da verba. Um dos destinos possíveis é o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização (Prodafisc) que possibilitou, em janeiro, a compra de cinco novos carros para utilização nas diligências do Crea-ES.

"A 'Modernização e Ampliação das Ações de Fiscalização' consta no Plano Estratégico 2012-2017 do Crea-ES. Planejar a substituição gradual da frota nos parece acertada, pois se o Conselho comprar cinco veículos pelo Prodafisc e mais dois com recursos próprios, em três anos terá uma frota própria de 21 veículos, que poderá ser substituída, escalonada e paulatinamente, a cada três anos. Considerando a média de quilometragem da equipe, abaixo de 2000 Km/ano, seria um bom período em termos de custo/benefício", explica o gerente de Fiscalização, Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira.

A aquisição dos veículos foi feita por meio de processo licitatório, iniciado em janeiro passado. "A licitação tinha como objeto a compra de cinco veículos zero Km, tipo popular, motor 1.0, quatro portas. O recurso para o Prodafisc era de R$ 161.078,99 e a empresa vencedora da licitação forneceu os cinco veículos por um total de R$ 145.000,00. O Crea-ES não possuía frota própria, todos os veículos eram alugados. Com esta iniciativa teremos uma redução de custos na ordem de R$ 82.200,00 ao ano", afirma o gerente da Unidade Administrativa, Adm. Walace Ferreguetti.

Modernização

A Unidade de Fiscalização do Crea-ES contará ainda com tablets e novos equipamentos de proteção individual (EPIs). "Os investimentos têm o objetivo de equipar adequadamente toda a equipe de Fiscalização e possibilitar a otimização dos resultados. Estes dois itens complementares serão adquiridos ao longo deste primeiro semestre de 2013, com recursos próprios do Crea-ES. Esta é uma forma do Conselho dotar a Unidade de Fiscalização das ferramentas necessárias para que possa cumprir sua missão básica que é: 'Assegurar à sociedade do estado do Espírito Santo que o exercício da Engenharia, da Agronomia e demais áreas afins, seja desempenhado por profissionais e empresas legalmente habilitados no Conselho', conclui José Adilson. •

Os cinco veículos adquiridos juntam-se à frota alugada que a Unidade de Fiscalização utiliza para atuar em campo.

Estudantes da área tecnológica se unem e reativam CreaJr-ES

Informar, conscientizar e inserir estudantes do ensino técnico e superior do Espírito Santo no contexto profissional. Com esse objetivo 18 estudantes da área tecnológica se uniram e reativaram, em outubro de 2012, o CreaJr-ES.

O núcleo de estudantes quer contribuir com o desenvolvimento dos futuros profissionais e, para isso, tem buscado parcerias com instituições de ensino e empresas, com o apoio do Crea-ES e do Confea, para realização de cursos, palestras, workshops e visitas técnicas.

A presidente do CreaJr-ES e estudante de Engenharia Civil, Sathya Carnielli, conta que a intenção é manter os futuros profissionais atentos aos principais assuntos do setor tecnológico e promover a interação entre profissionais e estudantes.

"Também é importante que o estudante conheça a legislação e o código de ética profissional. Queremos mostrar as responsabilidades e impactos do período 'pós-faculdade' para que, desde já, o estudante se sinta motivado para o exercício profissional", explica.

DIRETORIA

A organização da atual gestão é composta por um corpo administrativo com presidente, vice-presidente, 1º secretário e 2º secretário, além das diretorias de marketing, eventos e integração.

No âmbito do Crea-ES, foi instituída a Comissão Permanente do CreaJr, que é ocupada por conselheiros que compõem o Plenário. Como o Plenário é dividido em Câmaras Especializadas, cada uma delas pôde indicar um titular e um suplente para integrar a Comissão Permanente do núcleo de estudantes. •

Fazem parte da diretoria do CreaJr-ES

Sathya Carnielli (presidente); Vinicius Santos Terra (vice-presidente); Luísa Moitinho (1º Secretário); na diretoria de eventos - Carlos Amaral (Diretor), Jaqueline Gava, Mariana Moitinho, Sabrina Guzzo, Anuplio Filho; em Regionalização/Interiorização - Olimpyo Rangel (Diretor), Lucas Amaral, Vinicius Tebaldi, Thiago Reis, Bruna Campanharo, Rondinelli Lima; e na diretoria de Marketing - Henrique Vaccari (Diretor), Leticia Zanotti, Mariana Itaborai, Thiago Lecci, Nataly Fiorentini e Rodolfo Cipriano.

COMO PARTICIPAR DO CREAJR-ES

Estudantes dos cursos relacionados ao Sistema Confea/Crea podem fazer parte do Crea Jr. Isto pode ocorrer de duas maneiras: como membro efetivo da equipe ou como filiado. Filiando-se ao CreaJr, o estudante ficará por dentro do mundo da Engenharia e tecnologia, tendo uma série de facilidades: acesso ao banco de dados de estágios/trainee, informações a respeito de cursos e todo o suporte necessário para a melhor capacitação. Não há nenhuma taxa ou custo.

IBAPE

Corretores podem elaborar avaliações imobiliárias?

Corretores podem apenas opinar. Avaliações devem ser feitas por Engenheiros ou Arquitetos.

Divulgação / Internet

Corretores podem elaborar avaliações imobiliárias? No entendimento do Engº Civil Radegaz Nasser Júnior e no posicionamento do Ibape – Entidade Federativa Nacional, NÃO, eles podem apenas opinar. Isso porque:

O Cofeci – Conselho Federal de Corretores de Imóveis fez uma resolução em que o corretor poderia fazer o PTAM – Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica. Contra isso se insurgiu o Ibape, através de uma ação que pleiteou a anulação da resolução emitida e garantiu, por meio de decisão do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª região, a improcedência da ação. Por maioria dos votos (dois votos a favor e um contra) a Justiça negou o provimento, pois segundo o voto do relator "opinar" quanto à comercialização imobiliária inclui a elaboração do PTAM.

O Ibape/Confea encaminhou recurso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que não foi aceito, já que pelo entendimento da Justiça as avaliações feitas pelos corretores são equivalentes à emissão de "opiniões" e o PTAM é apenas uma forma de uniformizar a apresentação do mesmo.

Pode-se ver em vários trabalhos (PTAM) apresentados pelos corretores, que eles abrangem apenas uma parte do que é preconizado pelas normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e, portanto, não correspondem à "avaliação técnica de mercado". Eles apenas "opinam" sobre o mercado, logo não fazem "Laudos de avaliação", que devem ser fundamentados e cujos requisitos extrapolam, em muito, o que está relacionado na resolução do Cofeci.

As avaliações elaboradas por Engenheiros e materializadas em Laudos de Engenharia de Avaliações são avaliações técnicas de mercado fundamentadas. Não estão, portanto, abrangidas pela citada resolução e, por consequência, não são reconhecidas como avaliações, apenas opinião.

A norma da ABNT não admite que as avaliações técnicas de mercado sejam feitas por meio de pareceres e sim por laudos devidamente fundamentados.

Lembramos que um Laudo ou um Parecer são serviços com relação de consumo e, por isso, sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor – CDC, Lei nº 8.078/90, que em seu Art 39 inciso VIII diz:

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer "produto" ou "serviço" em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Assim, de acordo com essa Lei, o PTAM não está em conformidade com os requisitos das normas ABNT NBR 14.653 / 1 / 2 / 3, que tratam dos procedimentos gerais nas avaliações dos imóveis urbanos e dos imóveis rurais, respectivamente. •

SEE

A ação faz parte do programa de Engenharia e Agronomia Públicas do Crea-ES

Cooperativa para atender obras de prefeituras

Divulgação / Internet

Em reunião realizada em fevereiro, a diretoria da Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) autorizou a utilização da estrutura da entidade para funcionamento da Cooperativa Espírito-Santense de Serviços de Engenharia (COOPENG), ainda em processo de criação.

A criação da COOPENG tem o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB-ES). Os profissionais que se tornarem cooperados poderão oferecer seus serviços para as prefeituras que aderirem ao Programa de Engenharia e Agronomia Públicas do Crea-ES.

"Ao ser contratada pela prefeitura, a cooperativa se responsabilizará pelos serviços que a população de baixa renda necessitar, garantindo aos cidadãos com renda de até três salários mínimos a oportunidade de realizar obras com orientação técnica, segurança, economia e qualidade. Além disso, as prefeituras poderão contratar a cooperativa para outros trabalhos, de qualquer modalidade de engenharia. Há recursos, mas a aplicação destas verbas públicas fica prejudicada pela falta de projetos", explica o presidente da SEE, Eng. Civil José Maria Cola dos Santos.

De acordo com o engenheiro, a Cooperativa a ser criada poderá contribuir ainda no auxílio ao poder público municipal. "O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) está implantando o Geo-obras. Com isso, todas as prefeituras terão que se adequar e oferecer informações precisas sobre as obras públicas. Uma das exigências será a apresentação do responsável técnico pelo serviço, papel que cabe à cooperativa", diz.

Poderão participar da cooperativa, profissionais recém-formados, autônomos, aposentados e demais interessados em contribuir para a melhoria de vida da sociedade capixaba.

"O trabalho em cooperativa reduz os custos e isso será um atrativo para os possíveis contratantes dos serviços", conclui o presidente da SEE. •

José Maria Cola
Presidente da SEE

SEEA

José Adilson faz balanço de seu mandato frente à SEEA

Em entrevista a Tópicos, o presidente da entidade aponta principais ações de sua gestão

O Eng. Agrônomo José Adilson de Oliveira chega ao fim de seu segundo mandato como presidente da SEEA (Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomos). Estatutariamente, não podendo mais ser reeleito, se despede da Entidade e fala à Revista Tópicos sobre as ações de sua gestão.

Revista Tópicos - E então José Adilson, o que o sr. fala da experiência e qual o balanço que faz de suas duas gestões (2009-2013)?

José Adilson - Estar à frente de uma das mais tradicionais e atuantes entidades filiadas ao Sistema Confea/Crea, que completou 55 anos no dia 23 de abril de 2013, tem sido uma honra muito grande e, no geral, estou convicto de que o balanço é muito positivo. Não conseguimos fazer tudo que planejamos, mas conseguimos diversas realizações significativas e que farão diferença para a Classe Agronômica, para o setor rural e para a sociedade. No plano estadual foram 28 cursos e eventos realizados, 476 horas de treinamento e 1.339 profissionais capacitados e/ou atualizados. A Entidade está administrativamente bem organizada, sem pendências burocráticas, nem econômico-financeiras e, geograficamente, bem distribuída através de seus 11 Núcleos Regionais instalados no interior do estado.

A SEEA também foi fundamental na estruturação e legitimação da vitoriosa campanha do Eng. Agrônomo Helder Carnielli para a presidência do Crea-ES, em que a Agronomia, após 18 anos, voltou a liderar aquele importante Conselho. Tivemos ainda, papel importante, inclusive em audiência com o Governador Renato Casagrande, para incentivar a realização dos últimos concursos públicos para o Incaper e o Idaf.

Precisamos registrar também as ações institucionais da SEEA em prol de algumas ideias, como por exemplo: 1ª) a de que o Engenheiro Agrônomo é um profissional indispensável para o desenvolvimento sustentável do país; 2ª) a universalização da assistência técnica no campo; 3ª) a exigência de responsável técnico pela propriedade rural; e, 4ª) a de que "contratar engenheiro agrônomo não é despesa, mas investimento com retorno garantido."

No plano nacional, participamos ativamente do movimento para a reconstrução da Confederação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (Confaeab) e, nesta tarefa, além de termos conseguido ajudar a montar uma chapa vitoriosa, ainda conseguimos eleger o colega Helder Carnielli como vice-presidente Sudeste da Entidade máxima da Agronomia brasileira.

Revista Tópicos - E como você vê o processo sucessório e o futuro da SEEA?

José Adilson - Vejo com muita tranquilidade, pois a Entidade está saudável em todos os aspectos, o processo está bem normatizado, nossa metodologia de gestão e liderança pode não ser unanimidade, mas não enfrentamos oposição destrutiva. Junto com os diretores e conselheiros da SEEA, como sempre fizemos, construímos o perfil ideal do candidato para liderar a chapa nas eleições e, que deve ser alguém com elevado nível moral, baixo índice de rejeição, bem articulado politicamente, conhecedor da Entidade e das necessidades da Classe, consciência e gosto pelo ambiente e as responsabilidades das Entidades de Classe e do Sistema Confea/Crea, para os profissionais da Agronomia e para a sociedade em geral. Com muita serenidade, estamos na fase final de identificação do nome que se encaixa neste perfil e que poderá levar adiante o trabalho que iniciamos.

Revista Tópicos - Algum agradecimento especial?

José Adilson - Sim. Agradeço a todos os membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos Fiscal e Deliberativo e dos Núcleos Regionais da SEEA, que me ajudaram a conduzir os destinos da entidade nestes quatro anos. Agradeço também ao secretário administrativo da SEEA, Heberson Oliveira, e aos colaboradores voluntários que auxiliaram os processos eleitorais. Agradeço ainda, a todas as empresas, instituições, profissionais e demais pessoas que ofereceram apoio e que, de alguma forma, ajudaram a viabilizar nossas duas gestões. •

José Adilson de Oliveira
Presidente do SEEA

SENGE - ES

Sindicatos de Engenheiros de todo o país se reuniram para debater o tema

Reforma Política já

No dia 8 de março, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e os seus sindicatos filiados estiveram reunidos no seminário "A reforma política no Brasil", em Aracaju, Sergipe. O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Espírito Santo (Senge-ES) e outras dez entidades sindicais da categoria estiveram presentes e assumiram o compromisso de fazer com que o debate chegue aos engenheiros e a população. Somente a mobilização dos cidadãos pode pressionar os deputados a votar a matéria.

A Reforma Política e Eleitoral está sendo debatida no Congresso Nacional, que não chegou a um consenso sobre os temas propostos por ela. Historicamente, a Casa de Leis não costuma receber bem esse tipo de iniciativa. Na última década foram apresentados quase 300 projetos com o objetivo de mudar o sistema eleitoral brasileiro. Desses, apenas dois chegaram a ser aprovados: a obrigatoriedade de Fidelidade Partidária, e a chamada Lei da Ficha Limpa, essa última uma conquista que contou com a participação direta do povo. O abaixo assinado organizado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) apoiou e impulsionou a tramitação deste projeto em Brasília.

"Precisamos debater a Reforma Política. O Senge-ES entende que a participação de todos é fundamental para pressionar os parlamentares pela votação dos projetos de interesse da sociedade. O país não aguenta mais vivenciar a força econômica definindo a eleição", aponta Orlando Zardo Júnior, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo.

Em média, um político eleito gasta 12 vezes mais do que quem não se elegeu. A proposta de Reforma Política barra doações privadas às campanhas eleitorais. Se aprovada, os partidos e candidatos ficarão menos dependentes dos financiamentos privados. Portanto, poderá haver menor influência do poder econômico sobre as eleições. O fim do voto secreto no Congresso e da obrigatoriedade do voto nas eleições são outros temas "espinhentos" para os parlamentares, bem como a unificação dos pleitos e o fim da indicação para suplência de senador. •

Assédio moral, não!

O Coletivo de Mulheres da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) lançou, no dia 8 de março, a primeira tirinha da série "Histórias de Eugênia: mulher, mãe e engenheira". O objetivo é dar visibilidade às situações de assédio moral vividas pelas engenheiras no ambiente de trabalho e combatê-las.

Eugênia é uma engenheira de 40 anos com 15 de trabalho, recém-divorciada e com dois filhos: uma pré-adolescente e um menino de 9 anos. A ilustração é de autoria de Pater. •

SINTEC

Sindicato irá viabilizar a realização de cursos de qualificação gratuitos

Capacitação gratuita para técnicos industriais

Senge

No dia 22 de fevereiro, o Sintec-ES se reuniu com o Ifes-Serra para propor convênio visando implantação de Cursos de Educação Continuada, além do Curso de Inglês Técnico para os profissionais associados ao Sindicato. Na ocasião, ficou definido que o Sintec-ES na condição de demandante poderá se credenciar no Programa Nacional de Ensino Técnico Pronatec junto ao Ministério da Educação (MEC), para realizar seu intento sem nenhum custo para seus associados. O Sindicato investe na relação institucional com outras entidades, órgãos públicos, iniciativa privada e movimentos sociais, em busca de parcerias que possam se traduzir em benefícios para os técnicos industriais de nível médio do Espírito Santo.

Participaram da reunião no Ifes o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Jadir Pela; o diretor do Ifes – Campus Serra, Ademar Stange; o diretor do Ifes – Campus Venda Nova do Imigrante e técnico em Agrimensura, Aloísio Carnieli; o gerente de Gestão Educacional do Ifes – Campus Serra, José Geraldo Orlandi; o presidente do Sintec-ES, Bernardino José Gomes; e o assessor de Relações Institucionais do Sintec-ES, Telmo Sodré. •

OPINIÃO

Técnico Industrial em Eletrônica e diretor Administrativo da Mútua – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-ES, Edson Wilson Bernardes França.

Dados do Confea apontam que os técnicos (industriais e agrícolas) são maioria em alguns estados. No Crea-ES já somos mais de 15 mil técnicos registrados, o que significa quase 60% do total de profissionais. "Além do registro no Crea é fundamental os técnicos aderirem aos seus sindicatos. O Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Espírito Santo - SINTEC-ES é entidade registrada no Crea-ES e tem a função de representar e defender os técnicos industriais nas instâncias do Conselho". O diretor da Mútua - ES ressaltou que ao se registrar no Sistema, o profissional, além de cidadania profissional e habilitação legal, ainda tem acesso a benefícios importantes oferecidos pela sua Caixa de Assistência-MÚTUA. •

SINTEC-ES adere ODM/ONU Brasil

O SINTEC-ES é membro integrante do Movimento Nós Podemos Espírito Santo - MNPES, que tem como meta a realização do Programa dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM-Brasil, no nosso estado. Participa ativamente do núcleo com propostas para melhorar a qualidade de vida da população capixaba. •

"Técnico industrial, o fortalecimento do Sintec-ES se dá pela representatividade do seu quadro de associados, venha somar conosco. SINDICALIZE-SE!"

Bernardino José Gomes, presidente do Sintec-ES

Acesse: www.sinteces.org.br

SINTAES

Profissionais assumiram cargos de gestão municipal

Técnicos agrícolas ganham força política no ES

Os técnicos agrícolas fortaleceram sua representação política com a eleição de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores atuantes no setor, em municípios como Nova Venécia, Pinheiros, Boa Esperança e Marechal Floriano.

Profissionais do segmento tiveram ascensão política, pois se destacaram em suas atividades e hoje fazem gestões voltadas para a solução de problemas do setor agropecuário com um viés de cooperação de gestão intermunicipal.

Para o técnico agrícola Antônio Carlos Balbino, presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Estado do ES (Sintaes), essa é uma conquista importante. "Os técnicos agrícolas atuam em diversas atividades, como produção de alimentos, controle ambiental, projetos e pesquisas, de modo que eles direcionam sua gestão para a solução de problemas ligados a essas questões. A representatividade política desses profissionais é um ganho para toda a sociedade", defende.

Ações

Exemplo disso é o caso da barragem de Pinheiros/Boa Esperança, de 372 hectares, que está em fase de desapropriação, e o projeto elaborado para a solução da estiagem no Norte do Estado, que custa em torno de R$ 22 milhões.

A iniciativa conta com a atuação de dois vice-prefeitos que são da diretoria do Sintaes - Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Estado do Espírito Santo, o vice-prefeito de Nova Venécia, Theomir Bassete Filho, e o vice-prefeito de Bom Jesus de Itabapoama, no Estado do Rio de Janeiro, que integra o Incaper capixaba, Jarbas Teixeiras Borges; vereadores, secretários municipais e dirigentes de cooperativas e de associações.

Transparência

E para potencializar ações que possam produzir efeitos positivos para o Espírito Santo, segundo Antônio Carlos Balbino, é necessário que haja encontros periódicos entre os gestores e o movimento sindical, associativo e cooperativo dos Técnicos Agrícolas Capixabas.

"Podemos contribuir ainda mais e de forma relevante nas questões da produção de alimentos com sustentabilidade, na gestão dos recursos de forma racional e na relação interpessoal", destaca o presidente do Sintaes.

Ele finaliza destacando a atuação ímpar que os técnicos agrícolas têm apresentado. "Nosso setor está mostrando que é possível fazer política de forma inclusiva, participativa e com ética", conclui Balbino. •

Pensando na comodidade dos profissionais, das empresas e da sociedade, o Crea-ES já começou a descentralização de suas atividades.

Serão 22 locais de atendimento personalizado, distribuídos em vários municípios de norte a sul do ES.

O foco do Crea-ES é estar cada vez mais próximo de você.

WWW.CREAES.ORG.BR

@CREAES

CREAES

CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

8º CEP

Congresso Estadual de Profissionais da Engenharia e Agronomia

MARCO LEGAL

Em discussão as normas que regem o Sistema Confea/Crea

COMPETÊNCIA PROFISSIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Congresso Estadual

6 julho

Congressos Regionais

21 maio • Cachoeiro Itapemirim | 28 maio • Colatina

4 junho • Linhares | 18 junho • São Mateus | 25 junho • Grande Vitória

www.creaes.org.br

CONFEA Conselho Federal de Engenharia e Agronomia | CREA-ES Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo | MÚTUA-ES CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DO CREA